



# Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

## Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025

### Dados do Processo

| Número do Processo | Assunto  | Data de Criação     | Status                  | Fase                            |
|--------------------|--|---------------------|-------------------------|---------------------------------|
| 12057/2025         | GESTÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA > GESTÃO DE ACORDO, COOPERAÇÃO TÉCNICA OU CONVÊNIO (GABINETE)   | 13/06/2025 16:44:17 | TRAMITANDO :<br>CIÊNCIA | CIÊNCIA                         |
| Objeto             | DE ORDEM, ENCAMINHO AO GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA O MEMO-ESMP - 672025, EXPEDIDO PELO DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MPMA, DR. JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES, E AS MINUTAS DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E PLANO DE TRABALHO PROPOSTOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. |                     |                         |                                 |
| Sigiloso           | Prazo  | Data do Prazo       | Mat. Cadastrador        | Cadastrador                     |
| Não                | Não  |                     | 1076123                 | CAMILA ALEXSANDER MELO CARNEIRO |
| Setor Responsável  | Gabinete do Procurador Geral de Justiça  |                     |                         |                                 |
| Observação         |  |                     |                         |                                 |

| Tipo de Documento de Origem | Número do documento |
|-----------------------------|---------------------|
| Forma de Recebimento        | Localizador         |

### Dados do Requerente Principal

| Matrícula          | CPF                           | Nome                                  | Telefone        |
|--------------------|-------------------------------|---------------------------------------|-----------------|
| 1076123            | 60692690395                   | CAMILA ALEXSANDER MELO CARNEIRO       | (989) 8188-2897 |
| Email              | Orgão                         | Setor                                 |                 |
| digidoc@mpma.mp.br | PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA | Escola Superior do Ministério Público |                 |
| Estado             | Município                     |                                       |                 |
| MARANHÃO           |                               |                                       |                 |

### Envolvidos com o processo

| Nome | Contato | Email | Relação | Matrícula |
|------|---------|-------|---------|-----------|
|------|---------|-------|---------|-----------|

## Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025

### Envolvidos com o processo

| Nome                            | Contato         | Email              | Relação              | Matrícula |
|---------------------------------|-----------------|--------------------|----------------------|-----------|
| CAMILA ALEXSANDER MELO CARNEIRO | (989) 8188-2897 | digidoc@mpma.mp.br | REQUERENTE PRINCIPAL | 1076123   |

### Eventos do processo

| N.   | Detalhe | Data                | Tipo Evento          | Descrição                       | Responsável         |
|--|---------|---------------------|----------------------|---------------------------------|---------------------|
| 1  | 9426502 | 12/09/2025 13:21:39 | MOVIMENTAÇÃO         | ENCAMINHAR PROCESSO             | ALLAN CUTRIM GOMES  |
| ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Escola Superior do Ministério Público<br>Responsável pela Movimentação: ALLAN CUTRIM GOMES<br>Observação de Movimentação: DE ORDEM, ENCAMINHO OS AUTOS PARA CIÊNCIA DA PUBLICAÇÃO.  |         |                     |                      |                                 |                     |
| 2  | 9425907 | 11/09/2025 11:07:02 | MOVIMENTAÇÃO         | ENCAMINHAR PROCESSO             | RÔMOLLO DE SÁ MALTA |
| ORIGEM: Coordenadoria de Documentação e Biblioteca --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça<br>Responsável pela Movimentação: RÔMOLLO DE SÁ MALTA<br>Observação de Movimentação: ENCAMINHO EM ANEXO A PUBLICAÇÃO SOLICITADA NO DEMP-MA. CORDIALMENTE,                      |         |                     |                      |                                 |                     |
| 3  | 9425907 | 11/09/2025 11:07:02 | ANEXO - MOVIMENTAÇÃO | PUBLICACAO DEMP MA              | RÔMOLLO DE SÁ MALTA |
| Anexo : PUBLICACAO DEMP MA   |         |                     |                      |                                 |                     |
| 4  | 9425346 | 10/09/2025 11:02:33 | MOVIMENTAÇÃO         | ENCAMINHAR PROCESSO             | ALLAN CUTRIM GOMES  |
| ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Coordenadoria de Documentação e Biblioteca<br>Responsável pela Movimentação: ALLAN CUTRIM GOMES<br>Observação de Movimentação: DE ORDEM, ENCAMINHO OS AUTOS PARA PUBLICAÇÃO DO TERMCOOP-GPGJ -132025 E PLANO DE TRABALHO. |         |                     |                      |                                 |                     |
| 5  | 9425346 | 10/09/2025 11:02:33 | ANEXO - MOVIMENTAÇÃO | E-MAIL SOLICITANDO A PUBLICAÇÃO | ALLAN CUTRIM GOMES  |
| Anexo : E-MAIL SOLICITANDO A PUBLICAÇÃO  |         |                     |                      |                                 |                     |

## Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025

### Eventos do processo

| N.   | Detalhe | Data                | Tipo Evento          | Descrição  | Responsável                   |
|--|---------|---------------------|----------------------|--|-------------------------------|
| 6  | 9424935 | 09/09/2025 11:37:19 | MOVIMENTAÇÃO         | ENCAMINHAR PROCESSO  | JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES |
|  |         |                     |                      |  |                               |
| 7  | 9424935 | 09/09/2025 11:37:19 | ANEXO - MOVIMENTAÇÃO | TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA_MPMA E MPPE E PLANO DE TRABALHO  | JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES |
| Anexo : TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA_MPMA E MPPE E PLANO DE TRABALHO  |         |                     |                      |  |                               |
| 8  | 9424814 | 09/09/2025 11:07:45 | MOVIMENTAÇÃO         | ENCAMINHAR PROCESSO  | MARYLUCIA DA SILVA NUNES      |
| ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Escola Superior do Ministério Público<br>Responsável pela Movimentação: MARYLUCIA DA SILVA NUNES<br>Observação de Movimentação: A PEDIDO DE CAMILA  |         |                     |                      |  |                               |
| 9  | 9418062 | 22/08/2025 13:50:09 | MOVIMENTAÇÃO         | ENCAMINHAR PROCESSO  | LETICIA DE SOUSA VIEIRA       |
| ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça<br>Responsável pela Movimentação: LETICIA DE SOUSA VIEIRA<br>Observação de Movimentação: DE ORDEM, FAÇO JUNTADA DO COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO DO ENCAMINHAMENTO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 13_2025 E PLANO DE TRABALHO AO MPPE, PARA ASSINATURA. |         |                     |                      |  |                               |
| 10   | 9418062 | 22/08/2025 13:50:09 | ANEXO - MOVIMENTAÇÃO | E-MAIL - ENCAMINHA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 13_2025 E PLANO DE TRABALHO PARA ASSINATURA.PDF | LETICIA DE SOUSA VIEIRA       |
| Anexo : E-MAIL - ENCAMINHA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 13_2025 E PLANO DE TRABALHO PARA ASSINATURA.PDF   |         |                     |                      |  |                               |

## Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025

### Eventos do processo

| N.  | Detalhe | Data                | Tipo Evento                | Descrição  | Responsável                   |
|---|---------|---------------------|----------------------------|--|-------------------------------|
| 11  | 9418004 | 22/08/2025 12:11:30 | MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO | ENCAMINHAR PROCESSO  | JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES |
| ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça<br>Responsável pela Movimentação: JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES<br>Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO  |         |                     |                            |  |                               |
| 12  | 9418004 | 22/08/2025 12:11:30 | DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO  | TERMCOOP-GPGJ - 132025   | JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES |
| Anexo da Movimentação com documento :<br>TERMCOOP-GPGJ - 132025   |         |                     |                            |  |                               |
| 13  | 9418004 | 22/08/2025 12:11:30 | DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO  | Anexo do documento : PLANO DE TRABALHO.pdf ( Descrição: PLANO DE TRABALHO) | JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES |
| Anexo da Movimentação com documento :<br>Anexo do documento : PLANO DE TRABALHO.pdf ( Descrição: PLANO DE TRABALHO)   |         |                     |                            |  |                               |
| 14  | 9418001 | 22/08/2025 12:11:29 | MOVIMENTAÇÃO               | ENCAMINHAR PROCESSO  | JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES |
| ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça<br>Responsável pela Movimentação: JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES<br>Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO  |         |                     |                            |  |                               |
| 15  | 9391993 | 11/07/2025 13:51:30 | MOVIMENTAÇÃO               | ENCAMINHAR PROCESSO  | MYRELLA NASCIMENTO MEIRELES   |
| ORIGEM: Secretaria para Assuntos Institucionais --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça<br>Responsável pela Movimentação: MYRELLA NASCIMENTO MEIRELES<br>Observação de Movimentação: DE ORDEM DO DIRETOR DA SECINST, DR. EDNARG FERNANDES MARQUES, ENCAMINHO O PRESENTE AUTO ELETRÔNICO AO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA ASSINATURA DAS MINUTAS DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E PLANO DE TRABALHO APROVADAS. |         |                     |                            |  |                               |
| 16  | 9391993 | 11/07/2025 13:51:30 | ANEXO - MOVIMENTAÇÃO       | MINUTA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA   | MYRELLA NASCIMENTO MEIRELES   |
| Anexo : MINUTA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  |         |                     |                            |  |                               |



## Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025

### Eventos do processo

| N.  | Detalhe | Data                | Tipo Evento                | Descrição                          | Responsável                       |
|---|---------|---------------------|----------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| 17  | 9391993 | 11/07/2025 13:51:30 | ANEXO - MOVIMENTAÇÃO       | MINUTA PLANO DE TRABALHO           | MYRELLA NASCIMENTO MEIRELES       |
| Anexo : MINUTA PLANO DE TRABALHO  |         |                     |                            |                                    |                                   |
| 18  | 9385244 | 04/07/2025 16:17:37 | MOVIMENTAÇÃO               | DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO | GIOVANA CANAVIEIRA FURTADO        |
| ORIGEM: Secretaria para Assuntos Institucionais --> DESTINO: Secretaria para Assuntos Institucionais<br>Responsável pela Movimentação: GIOVANA CANAVIEIRA FURTADO<br>Observação de Movimentação: SEGUEM OS AUTOS PARA ANÁLISE DO PARECER, ORIUNDO DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO. APÓS, CIENTIFIQUE-SE O DIRETOR DA SECINST PARA AS DEMAIS DELIBERAÇÕES. |         |                     |                            |                                    |                                   |
| 19  | 9383756 | 03/07/2025 14:53:03 | MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO | ENCAMINHAR PROCESSO                | MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU |
| ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Secretaria para Assuntos Institucionais<br>Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU<br>Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO   |         |                     |                            |                                    |                                   |
| 20  | 9383756 | 03/07/2025 14:53:03 | DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO  | PARECER-DGAJA - 2782025            | MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU |
| Anexo da Movimentação com documento :<br>PARECER-DGAJA - 2782025  |         |                     |                            |                                    |                                   |
| 21  | 9383718 | 03/07/2025 14:48:16 | MOVIMENTAÇÃO               | DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO | MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU |
| ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração<br>Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU<br>Observação de Movimentação:   |         |                     |                            |                                    |                                   |
| 22  | 9367993 | 26/06/2025 13:07:17 | MOVIMENTAÇÃO               | ENCAMINHAR PROCESSO                | EDNARG FERNANDES MARQUES          |
| ORIGEM: Secretaria para Assuntos Institucionais --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração<br>Responsável pela Movimentação: EDNARG FERNANDES MARQUES<br>Observação de Movimentação: DESPACHO EM ANEXO.  |         |                     |                            |                                    |                                   |

## Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025

### Eventos do processo

| N.  | Detalhe | Data                | Tipo Evento                | Descrição                                     | Responsável                |
|---|---------|---------------------|----------------------------|---|----------------------------|
| 23  | 9357442 | 24/06/2025 10:53:30 | MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO | DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO            | EDNARG FERNANDES MARQUES   |
| ORIGEM: Secretaria para Assuntos Institucionais --> DESTINO: Secretaria para Assuntos Institucionais<br>Responsável pela Movimentação: EDNARG FERNANDES MARQUES<br>Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO   |         |                     |                            |   |                            |
| 24  | 9357442 | 24/06/2025 10:53:30 | DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO  | DESPACHO-SECINST - 1572025                    | EDNARG FERNANDES MARQUES   |
| Anexo da Movimentação com documento :<br>DESPACHO-SECINST - 1572025   |         |                     |                            |   |                            |
| 25  | 9350922 | 23/06/2025 09:56:13 | MOVIMENTAÇÃO               | DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO            | GIOVANA CANAVIEIRA FURTADO |
|   |         |                     |                            |   |                            |
| 26  | 9345879 | 18/06/2025 11:23:56 | MOVIMENTAÇÃO               | ENCAMINHAR PROCESSO                           | MARAIZA MARTINS RIBEIRO    |
| ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Secretaria para Assuntos Institucionais<br>Responsável pela Movimentação: MARAIZA MARTINS RIBEIRO<br>Observação de Movimentação: DE ORDEM, ENCAMINHO OS AUTOS PARA AS PROVIDÊNCIAS.  |         |                     |                            |   |                            |
| 27  | 9339019 | 17/06/2025 09:02:49 | MOVIMENTAÇÃO               | ENCAMINHAR PROCESSO                           | MARCELA DA SILVA SOUSA     |
| ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça<br>Responsável pela Movimentação: MARCELA DA SILVA SOUSA<br>Observação de Movimentação: DE ORDEM, ENCAMINHO AO GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA O MEMO-ESMP - 672025, EXPEDIDO PELO DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MPMA, DR. JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES, E AS MINUTAS DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E PLANO DE TRABALHO PROPOSTOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE |         |                     |                            |   |                            |
| 28  | 9339018 | 17/06/2025 09:02:49 | MOVIMENTAÇÃO               | ACEITAR REQUISIÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO | MARCELA DA SILVA SOUSA     |
| ORIGEM: Gabinete do Procurador Geral de Justiça --> DESTINO: Gabinete do Procurador Geral de Justiça<br>Responsável pela Movimentação: MARCELA DA SILVA SOUSA<br>Observação de Movimentação: DE ORDEM, ENCAMINHO AO GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA O MEMO-ESMP - 672025, EXPEDIDO PELO DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MPMA, DR. JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES, E AS MINUTAS DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E PLANO DE TRABALHO PROPOSTOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE |         |                     |                            |   |                            |

## Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025

### Eventos do processo

| N.  | Detalhe | Data                | Tipo Evento      | Descrição   | Responsável                     |
|---|---------|---------------------|------------------|---|---------------------------------|
| 29  | 9335508 | 16/06/2025 12:49:37 | MOVIMENTAÇÃO     | AUTORIZAR REQUISIÇÃO DO SUBORDINADO                         | JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES   |
| ORIGEM: Escola Superior do Ministério Público --> DESTINO: Escola Superior do Ministério Público<br>Responsável pela Movimentação: JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES<br>Observação de Movimentação: APROVADO. |         |                     |                  |   |                                 |
| 30  | 3808626 | 13/06/2025 16:44:18 | ANEXO - PROCESSO | 2. PLANO DE TRABALHO_COOPERAÇÃO_ MPPE_MPMA.<br>REVISADO (1) |                                 |
| Anexo : 2. PLANO DE TRABALHO_COOPERAÇÃO_ MPPE_MPMA. REVISADO (1)  |         |                     |                  |   |                                 |
| 31  | 3808625 | 13/06/2025 16:44:18 | ANEXO - PROCESSO | 1. MINUTA. TERMO DE COOPERAÇÃO _MPPE___MPMA (1)             |                                 |
| Anexo : 1. MINUTA. TERMO DE COOPERAÇÃO _MPPE___MPMA (1)   |         |                     |                  |   |                                 |
| 32  | 3808624 | 13/06/2025 16:44:18 | ANEXO - PROCESSO | MEMO-ESMP672025_ASSINADO TCOOP MPPE                         |                                 |
| Anexo : MEMO-ESMP672025_ASSINADO TCOOP MPPE   |         |                     |                  |   |                                 |
| 33  | 0       | 13/06/2025 16:44:17 | PROCESSO         | ABERTURA DO PROCESSO/REQUISIÇÃO                             | CAMILA ALEXSANDER MELO CARNEIRO |
| ABERTURA DO PROCESSO/REQUISIÇÃO   |         |                     |                  |   |                                 |

### Movimentações

| Data                   | Origem                                     | Funcionário        | Destino                                  | Recebedor | Data | Tipo                | Status     |
|------------------------|--|--------------------|--|-----------|------|---------------------|------------|
| 12/09/2025<br>13:21:39 | Gabinete do Procurador Geral<br>de Justiça | ALLAN CUTRIM GOMES | Escola Superior do<br>Ministério Público |           |      | ENCAMINHAR PROCESSO | TRAMITANDO |

## Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025

### Movimentações

| Data                   | Origem                                     | Funcionário         | Destino                                 | Recebedor           | Data                   | Tipo                | Status     |
|------------------------|--|---------------------|---|---------------------|------------------------|---------------------|------------|
| 11/09/2025<br>11:07:02 | Coordenadoria de Documentação e Biblioteca | RÔMOLLO DE SÁ MALTA | Gabinete do Procurador Geral de Justiça | LUIZ COELHO BATISTA | 12/09/2025<br>08:24:49 | ENCAMINHAR PROCESSO | TRAMITANDO |

#### Anexos

PUBLICACAO DEMP MA

|                        |   |                    |  |                     |                        |                     |            |
|------------------------|---|--------------------|--|---------------------|------------------------|---------------------|------------|
| 10/09/2025<br>11:02:33 | Gabinete do Procurador Geral de Justiça | ALLAN CUTRIM GOMES | Coordenadoria de Documentação e Biblioteca | RÔMOLLO DE SÁ MALTA | 11/09/2025<br>11:06:03 | ENCAMINHAR PROCESSO | TRAMITANDO |
|------------------------|---|--------------------|--|---------------------|------------------------|---------------------|------------|

#### Anexos

E-MAIL SOLICITANDO A PUBLICAÇÃO

|                        |                                       |                               |   |                     |                        |                     |            |
|------------------------|---------------------------------------|-------------------------------|---|---------------------|------------------------|---------------------|------------|
| 09/09/2025<br>11:37:19 | Escola Superior do Ministério Público | JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES | Gabinete do Procurador Geral de Justiça | LUIZ COELHO BATISTA | 10/09/2025<br>08:32:39 | ENCAMINHAR PROCESSO | TRAMITANDO |
|------------------------|---------------------------------------|-------------------------------|---|---------------------|------------------------|---------------------|------------|

#### Anexos

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA\_MPMA E MPPE E PLANO DE TRABALHO

|                        |   |                          |   |                               |                        |                     |            |
|------------------------|---|--------------------------|---|-------------------------------|------------------------|---------------------|------------|
| 09/09/2025<br>11:07:45 | Gabinete do Procurador Geral de Justiça | MARYLUCIA DA SILVA NUNES | Escola Superior do Ministério Público   | JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES | 09/09/2025<br>11:35:41 | ENCAMINHAR PROCESSO | TRAMITANDO |
| 22/08/2025<br>13:50:09 | Gabinete do Procurador Geral de Justiça | LETICIA DE SOUSA VIEIRA  | Gabinete do Procurador Geral de Justiça | LETICIA DE SOUSA VIEIRA       | 22/08/2025<br>13:50:09 | ENCAMINHAR PROCESSO | TRAMITANDO |

#### Anexos

E-MAIL - ENCAMINHA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 13\_2025 E PLANO DE TRABALHO PARA ASSINATURA.PDF

|                        |   |                               |   |                         |                        |                     |            |
|------------------------|---|-------------------------------|---|-------------------------|------------------------|---------------------|------------|
| 22/08/2025<br>12:11:30 | Gabinete do Procurador Geral de Justiça | JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES | Gabinete do Procurador Geral de Justiça | LETICIA DE SOUSA VIEIRA | 22/08/2025<br>13:47:42 | ENCAMINHAR PROCESSO | TRAMITANDO |
|------------------------|---|-------------------------------|---|-------------------------|------------------------|---------------------|------------|

#### Anexos

Documento Administrativo: TERMCOOP-GPGJ - 132025

Anexo de movimentação: PLANO DE TRABALHO

## Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025

### Movimentações

| Data                   | Origem                                  | Funcionário                   | Destino                                 | Recebedor           | Data                   | Tipo                | Status     |
|------------------------|---|-------------------------------|---|---------------------|------------------------|---------------------|------------|
| 22/08/2025<br>12:11:29 | Gabinete do Procurador Geral de Justiça | JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES | Gabinete do Procurador Geral de Justiça |                     |                        | ENCAMINHAR PROCESSO | TRAMITANDO |
| 11/07/2025<br>13:51:30 | Secretaria para Assuntos Institucionais | MYRELLA NASCIMENTO MEIRELES   | Gabinete do Procurador Geral de Justiça | LUIZ COÊLHO BATISTA | 14/07/2025<br>09:24:27 | ENCAMINHAR PROCESSO | TRAMITANDO |

### Anexos

MINUTA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

MINUTA PLANO DE TRABALHO

|                        |   |                                   |   |                             |                        |                                    |             |
|------------------------|---|-----------------------------------|---|-----------------------------|------------------------|------------------------------------|-------------|
| 04/07/2025<br>16:17:37 | Secretaria para Assuntos Institucionais | GIOVANA CANAVIEIRA                | Secretaria para Assuntos Institucionais | MYRELLA NASCIMENTO MEIRELES | 11/07/2025<br>13:41:52 | DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO | DISTRIBUÍDO |
| 03/07/2025<br>14:53:03 | Assessoria Jurídica da Administração    | MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU | Secretaria para Assuntos Institucionais | GIOVANA CANAVIEIRA FURTADO  | 04/07/2025<br>16:17:12 | ENCAMINHAR PROCESSO                | TRAMITANDO  |

### Anexos

Documento Administrativo: PARECER-DGAJA - 2782025

|                        |   |                                   |   |                                   |                        |                                    |             |
|------------------------|---|-----------------------------------|---|-----------------------------------|------------------------|------------------------------------|-------------|
| 03/07/2025<br>14:48:16 | Assessoria Jurídica da Administração    | MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU | Assessoria Jurídica da Administração    | MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU | 03/07/2025<br>14:48:32 | DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO | DISTRIBUÍDO |
| 26/06/2025<br>13:07:17 | Secretaria para Assuntos Institucionais | EDNARG FERNANDES                  | Assessoria Jurídica da Administração    | MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU | 26/06/2025<br>13:56:00 | ENCAMINHAR PROCESSO                | TRAMITANDO  |
| 24/06/2025<br>10:53:30 | Secretaria para Assuntos Institucionais | EDNARG FERNANDES                  | Secretaria para Assuntos Institucionais | EDNARG FERNANDES MARQUES          | 26/06/2025<br>13:06:54 | DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO | DISTRIBUÍDO |

### Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SECINST - 1572025

|                        |   |                         |   |                             |                        |                                    |             |
|------------------------|---|-------------------------|---|-----------------------------|------------------------|------------------------------------|-------------|
| 23/06/2025<br>09:56:13 | Secretaria para Assuntos Institucionais | GIOVANA CANAVIEIRA      | Secretaria para Assuntos Institucionais | MYRELLA NASCIMENTO MEIRELES | 23/06/2025<br>12:32:44 | DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO | DISTRIBUÍDO |
| 18/06/2025<br>11:23:56 | Gabinete do Procurador Geral de Justiça | MARAIZA MARTINS RIBEIRO | Secretaria para Assuntos Institucionais | GIOVANA CANAVIEIRA FURTADO  | 23/06/2025<br>09:52:17 | ENCAMINHAR PROCESSO                | TRAMITANDO  |

## Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025

### Movimentações

| Data                | Origem                                  | Funcionário                   | Destino                                 | Recebedor                     | Data                | Tipo  | Status                                     |
|---------------------|---|-------------------------------|---|-------------------------------|---------------------|---|--|
| 17/06/2025 09:02:49 | Gabinete do Procurador Geral de Justiça | MARCELA DA SILVA SOUSA        | Gabinete do Procurador Geral de Justiça | MARCELA DA SILVA SOUSA        | 17/06/2025 09:02:49 | ENCAMINHAR PROCESSO                           | TRAMITANDO                                 |
| 17/06/2025 09:02:49 | Escola Superior do Ministério Público   | MARCELA DA SILVA SOUSA        | Gabinete do Procurador Geral de Justiça | MARCELA DA SILVA SOUSA        | 17/06/2025 09:02:49 | ACEITAR REQUISIÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO | TRAMITANDO                                 |
| 16/06/2025 12:49:37 | Escola Superior do Ministério Público   | JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES | Escola Superior do Ministério Público   | JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES | 16/06/2025 12:49:37 | AUTORIZAR REQUISIÇÃO DO SUBORDINADO           | AGUARDANDO ABERTURA PELO SETOR RESPONSÁVEL |

### Anexos

| Descrição do Anexo   | Nome do arquivo  | Tipo Anexo                            |
|--|--|---------------------------------------|
| ANEXO DE MOVIMENTACAO : E-MAIL - ENCAMINHA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 13_2025 E PLANO DE TRABALHO PARA ASSINATURA.PDF | E-mail - Encaminha Termo de Cooperacao Tecnica n.º 13_2025 e Plano de Trabalho para assinatura.pdf       | ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO |
| ANEXO DE MOVIMENTACAO : E-MAIL SOLICITANDO A PUBLICAÇÃO  | E-mail de Ministerio Publico do Maranhao - TERMCOOP-GPGJ -132025 e PLANO DE TRABALHO para publicacao.pdf | ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO |
| ANEXO DE MOVIMENTACAO : MINUTA PLANO DE TRABALHO   | Minuta PLANO DE TRABALHO MPPE x MPMA.docx  | ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO |
| ANEXO DE MOVIMENTACAO : MINUTA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA   | MINUTA TCT MPPE X MPMA.docx  | ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO |
| ANEXO DE MOVIMENTACAO : PUBLICACAO DEMP MA   | TERMCOOP-GPGJ -132025 E PLANO DE TRABALHO (PUBLICADO DEMP MA).pdf  | ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO |
| ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MPMA E MPPE E PLANO DE TRABALHO  | Termo de Cooperacao Tecnica_MPMA e MPPE.pdf  | ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO |
| MEMO-ESMP672025_ASSINADO TCOOP MPPE  | MEMO-ESMP672025_ASSINADO TCOOP MPPE.pdf  | ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO |
| 1. MINUTA. TERMO DE COOPERAÇÃO _MPPE___MPMA (1)  | 1. MINUTA. TERMO DE COOPERACAO _MPPE___MPMA (1).pdf  | ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO |
| 2. PLANO DE TRABALHO_COOPERAÇÃO_ MPPE_MPMA. REVISADO (1)   | 2. PLANO DE TRABALHO_COOPERACAO_ MPPE_MPMA. REVISADO (1).pdf   | ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO |

### Documentos

| Setor Origem                            | Data de Criação     | Responsável        | Tipo Doc | Status     | Tipo Relação                      |
|---|---------------------|--------------------|----------|------------|-----------------------------------|
| Gabinete do Procurador Geral de Justiça | 22/08/2025 10:20:35 | ALLAN CUTRIM GOMES | TERMO DE | TRAMITANDO | DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO |
| Gabinete do Procurador Geral de Justiça | 22/08/2025 10:20:35 | ALLAN CUTRIM GOMES | TERMO DE | TRAMITANDO | DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO |



# Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

## Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025

### Documentos

| Setor Origem                            | Data de Criação     | Responsável                       | Tipo Doc | Status     | Tipo Relação                      |
|---|---------------------|-----------------------------------|----------|------------|-----------------------------------|
| Assessoria Jurídica da Administração    | 03/07/2025 14:49:50 | MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU | PARECER  | TRAMITANDO | DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO |
| Secretaria para Assuntos Institucionais | 23/06/2025 12:33:36 | MYRELLA NASCIMENTO MEIRELES       | DESPACHO | TRAMITANDO | DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO |

### Processos Anexados e Apensados

| Data de Vínculo | Status | Tipo de Relação |
|-----------------|--------|-----------------|
|-----------------|--------|-----------------|

### Anexos Físicos

| Descrição do Anexo | Anexo de |
|--------------------|----------|
|--------------------|----------|



## **Ministério Público do Estado do Maranhão**

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

### **Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025**

**ANEXO DE MOVIMENTACAO : PUBLICACAO DEMP MA**





# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 10/09/2025. Publicação: 11/09/2025. Nº 171/2025.

ISSN 2764-8060

## TERMO DE COOPERAÇÃO

### TERMCOOP-GPGJ – 132025

Código de validação: 43B711C9B1

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 13/2025

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA GERAL, CIENTÍFICA E CULTURAL ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO (MPPE), POR MEIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (MPMA) POR MEIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Pelo presente instrumento particular, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO (MPPE), por meio da PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA, com sede na Rua do Imperador D. Pedro II, nº 473, Santo Antônio, Recife-PE, CNPJ nº 24.417.065/0001-03, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO, residente e domiciliado na cidade do Recife-PE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º, incisos I e V, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 27/12/1994, e a ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, com sede na Rua do Sol, nº 143, 5º andar, Santo Antônio, Recife-PE, neste ato representada por sua Diretora, CAROLINA DE MOURA CORDEIRO PONTES, e, de outro lado, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO (MPMA), por meio da PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA, com sede na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís-MA, CNPJ 05.483.912/0001-85, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA, residente e domiciliado na cidade de São Luís-MA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 29 da Lei Complementar Estadual nº. 013/1991, e a ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO, com sede à Avenida Professor Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís/MA, neste ato representada por seu Diretor, JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES, tendo em vista o que consta no PA nº 12057/2025, resolvem celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, mediante as cláusulas e condições, a seguir descritas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Cooperação Técnica consiste no estabelecimento de parceria, visando à implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão e, ainda, comunicação, produção científica e atividades culturais de interesse mútuo das partes.

Sempre que houver interesse convergente dos participantes serão disponibilizadas até 03 (três) vagas, sem custos, para os servidores do MPPE e do MPMA nos cursos promovidos por ambas as instituições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Todas as ações básicas fruto do presente Termo de Cooperação Técnica, inclusive com a indicação dos responsáveis pelo seu acompanhamento e execução, serão orientadas a partir de plano de trabalho a ser desenvolvido em conjunto pelo MPPE e MPMA, elaborado de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, que será parte integrante deste termo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA AUSÊNCIA DE ÔNUS FINANCEIRO

O presente Termo de Cooperação não gera obrigação pecuniária, sendo celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros, indenizações ou transferências de recursos entre os participantes.

Cada uma das partes executará as ações ou atividades decorrentes deste acordo de cooperação por meio de suas próprias disponibilidades logísticas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados pelos participantes nas atividades relativas ao presente Acordo de Cooperação não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação funcional com o órgão ou entidade de origem, ao qual cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza funcional, trabalhista, previdenciária, fiscal, estatutária, contratual e securitária decorrente das ações realizadas.

Cada uma das partes será única, integral e exclusivamente responsável pelo pagamento dos honorários e obrigações devidos aos prestadores de serviços que tiverem sido por elas diretamente contratados para os propósitos deste Instrumento, incluindo quaisquer pagamentos decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, dentre outras aplicáveis à matéria.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

As partes signatárias se comprometem a cumprir com máximo rigor as disposições constantes deste Termo de Cooperação Técnica e plano de trabalho, bem como dos Aditivos que dele se originarem.

As partes poderão anexar a este Termo de Cooperação Técnica, sob a forma de aditivos, os programas das atividades que serão desenvolvidas.

As partes se comprometem a fornecer de forma transparente as informações necessárias uma à outra para o cumprimento dos encargos oriundos deste Termo de Cooperação Técnica Geral e seus aditivos.

As partes signatárias se comprometem a manter informações cadastrais atualizadas de seus alunos, bem como manter atualizadas as informações necessárias ao cumprimento do presente Termo de Cooperação Técnica Geral e de seus aditivos.

As partes signatárias se comprometem a comunicar, com a devida antecedência, eventuais dificuldades que possam prejudicar ou impossibilitar o cumprimento de alguma das cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica Geral ou de seus aditivos.

As partes signatárias se comprometem a empenhar-se no auxílio à divulgação dos cursos que serão oferecidos, utilizando, inclusive, a lista de e-mails (mailing) de seus ex-alunos e outros que estejam em seus acervos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS TERMOS ADITIVOS



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 10/09/2025. Publicação: 11/09/2025. Nº 171/2025.

ISSN 2764-8060

A execução de cursos e/ou outras atividades previstas se dará através de Termos Aditivos a este Termo de Cooperação Técnica, a serem firmados entre o Ministério Público de Pernambuco e o Ministério Público do Maranhão, nos quais deverão constar pelo menos os seguintes elementos básicos, sem prejuízo de outras informações que se façam porventura necessárias:

Identificação do projeto (título, local, período, participantes, abrangência etc.);

Número de vagas ofertadas;

Objetivos a atingir;

Atividades e programação;

Responsabilidades e atribuições das partes;

Metodologia e cronograma de execução das atividades;

Avaliação.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA OBSERVÂNCIA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)

As partes, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente Acordo de Cooperação Técnica em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria.

As partes, incluindo todos os seus colaboradores, comprometem-se a tratar todos os dados pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da outra parte, ainda que este Termo de Cooperação Técnica venha a ser rescindido ou resiliado e independentemente dos motivos que deram causa ao seu término ou resolução.

O tratamento de dados pessoais somente será realizado mediante o consentimento do titular, cuja manifestação deverá ser livre, informada e inequívoca e pela qual concordará com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

## CLÁUSULA OITAVA – DA OBSERVÂNCIA À LEI ANTICORRUPÇÃO (LEI Nº 12.846/2013)

As partes se obrigam a cumprir, no que couber, as disposições da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), comprometendo-se a adotar medidas destinadas à prevenção e ao combate de práticas lesivas à administração pública, nacional ou estrangeira, inclusive fraudes, corrupção, suborno e quaisquer atos ilícitos que atentem contra o patrimônio público, a moralidade administrativa ou os princípios da legalidade e da impessoalidade.

## CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE

Os participantes se comprometem a promover ampla divulgação das atividades, conteúdos, informações e documentos, bem como dos demais resultados provenientes deste instrumento.

Em qualquer ação promocional ou publicação de trabalhos relacionados com o objeto do presente acordo, realizados conjuntamente, deverá constar referência expressa aos participantes, de caráter meramente informativo.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica Geral vigorará pelo período de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado, alterado ou renovado de comum acordo pelos participantes mediante assinatura de Termo Aditivo.

Parágrafo Único: Caso a assinatura seja efetivada por meio de certificação digital, será considerado para efeito de início de vigência a data em que o último signatário assinar.

A sua eficácia estará condicionada à publicação, nos termos da legislação aplicável a cada uma das partes, nos seus respectivos meios oficiais de comunicação e publicidade, nos termos da Lei nº 14.413/2021 e no Portal da Transparência, observada a Resolução nº 86, de 21 de março de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA

Este Termo de Cooperação Técnica Geral poderá ser denunciado por qualquer dos participantes por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e sem prejuízo das atividades em andamento, devendo ser concluídas mediante acordos específicos.

Caso haja pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Termo, as responsabilidades pela conclusão de cada um dos programas de trabalho envolvidos, respeitadas as atividades em curso, as quais serão cumpridas antes de efetivar o encerramento, assim como quaisquer outras responsabilidades ou obrigações cabíveis.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos mediante entendimento entre as partes, observada a legislação pertinente e ouvidas as respectivas assessorias jurídicas, quando for o caso.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir as dúvidas ou controvérsias decorrentes da interpretação, aplicação ou execução deste Termo de Cooperação Técnica Geral ou de seus termos aditivos que não puderem ser resolvidas amigavelmente pelas partes, fica eleito o foro da Comarca de Recife, Estado de Pernambuco, com renúncia prévia e expressa de ambas as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

E, por estarem assim as partes justas e convenientes, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus devidos efeitos legais.

São Luís, data da assinatura eletrônica.

assinado eletronicamente\*

Danilo José de Castro Ferreira

Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Maranhão

assinado eletronicamente\*





# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 10/09/2025. Publicação: 11/09/2025. Nº 171/2025.

ISSN 2764-8060

José Ribamar Sanches Prazeres  
Procurador de Justiça, Diretor da ESMP-MA

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco

Carolina de Moura Cordeiro Pontes  
Promotora de Justiça Diretora da ESMP-PE

Testemunhas:

1.  
Nome Completo:
2.  
Nome Completo:

## PLANO DE TRABALHO

Vinculado ao Termo de Cooperação Técnica nº 13/2025/MPPE/ESMP

Fundamento Legal: Art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021 e 57 da Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012.

Plano de Trabalho que regerá a execução do termo de cooperação, a ser firmado entre o Ministério Público do Estado de Pernambuco e o Ministério Público do Estado do Maranhão, prestando as seguintes informações:

|   |           |                    |                                   |
|---|-----------|--------------------|-----------------------------------|
| 1 – DADOS CADASTRAIS (PARTÍCIPE I)  |           |                    |                                   |
| Nome:<br>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - MPPE  |           |                    |                                   |
| CNPJ:<br>24.417.065/0001-03   |           |                    |                                   |
| Endereço comercial:<br>Rua do Imperador, 473, Santo Antônio                                       |           |                    |                                   |
| Cidade:<br>Recife   | UF:<br>PE | CEP:<br>50.101-240 | (DDD) Telefone:<br>(xx) xxxx-xxxx |
| Nome do Responsável:<br>José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  |           |                    |                                   |
| EXECUTOR DO TERMO DE COOPERAÇÃO:<br>Escola Superior do Ministério Público do Estado de Pernambuco |           |                    |                                   |
| Nome do responsável:<br>Carolina de Moura Cordeiro Pontes   |           |                    |                                   |
| Cargo/função:<br>Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Pernambuco         |           |                    |                                   |
| 2 – DADOS CADASTRAIS (PARTÍCIPE II)   |           |                    |                                   |
| Nome:<br>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - MPMA  |           |                    |                                   |
| CNPJ:<br>06.989.347/0001-14   |           |                    |                                   |
| Endereço comercial:<br>Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau                                    |           |                    |                                   |
| Cidade:<br>São Luís   | UF:<br>MA | CEP:<br>65.076-820 | (DDD) Telefone:<br>(98) 3219-1626 |
| Nome do Responsável:<br>Danilo José de Castro Ferreira  |           |                    |                                   |
| Cargo/função:<br>Procurador-Geral de Justiça  |           |                    |                                   |



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 10/09/2025. Publicação: 11/09/2025. Nº 171/2025.

ISSN 2764-8060

|  |
|--|
| EXECUTOR DO TERMO DE COOPERAÇÃO:<br>Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão  |
| Nome do responsável:<br>José Ribamar Sanches Prazeres  |
| Cargo/função:<br>Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão  |
| <b>3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>  |
| Título:<br>Termo de Cooperação Técnica Geral, científica e cultural entre Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) por meio da Procuradoria-Geral de Justiça.   |
| Identificação do Objeto:<br>Implementação de ações conjuntas em cursos, projetos, programas e outras atividades de treinamento, desenvolvimento e educação, de interesse mútuo entre as partes.  |
| Justificativa:<br>Necessidade de promover intercâmbio entre os Ministérios Públicos para o fortalecimento institucional de sua unidade, em especial pela possibilidade de redução significativa de custos na produção das atividades desenvolvidas pelas Instituições.   |
| Período de execução:<br>60 (sessenta) meses, contados a partir da publicação no DOE/PE e DEMP/MA.  |
| <b>4 – OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES</b>   |
| 4.1. Compete ao MPPE/ESMP-PE e ao MPMA/ESMP-MA   |
| a) disponibilizar recursos humanos e materiais necessários para executar as ações conjuntas de que trata o presente acordo, respeitadas as normas internas e dentro de suas disponibilidades.<br>b) recrutar, selecionar e treinar, quando necessário, os recursos humanos participantes das ações conjuntas previstas neste acordo.<br>c) desenvolver, elaborar e prover apoio técnico aos programas e projetos a serem definidos para a implementação do presente acordo;<br>d) disponibilizar dados e informações técnicas necessárias à implementação dos eventos;<br>e) acompanhar e avaliar os resultados alcançados das atividades programadas, visando a otimização e/ ou adequação, quando necessários;<br>f) conduzir todas as atividades dentro de práticas administrativas financeiras e técnicas adequadas. |
| <b>5 - METAS E ETAPAS (CRONOGRAMA)</b>   |
| Metas:<br>Para a consecução do plano de trabalho, os partícipes se comprometem a observar suas obrigações e as formas de cooperação para atingir como metas a produção de um significativo acervo de trabalhos e cursos, com alta qualidade, que estejam em conformidade com as atividades dos trabalhos de cada Escola Superior.  |
| Etapas:<br>Para a realização das metas, os partícipes se comprometem a observar as seguintes etapas e seu cronograma.  |
| Etapas 01 - PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES<br>a CURSOS, EVENTOS E OUTRAS ATIVIDADES:<br>a.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:<br><br>* Levantamento dos cursos promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;   |



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 10/09/2025. Publicação: 11/09/2025. Nº 171/2025.

ISSN 2764-8060

- \* Levantamento dos cursos que serão promovidos durante a vigência da cooperação e serão compartilhados.

a.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:

Se necessário, definição das espécies, modalidades, projetos, cursos ou eventos serão executados mediante ações conjuntas.

b CURSOS DE EAD E OUTRAS TECNOLOGIAS:

b.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:

- \* Levantamento dos cursos promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;
- \* Levantamento dos cursos que serão promovidos durante a vigência da cooperação e serão compartilhados.

b.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:

Se necessário, definição das espécies, modalidades, projetos, cursos ou eventos serão executados mediante ações conjuntas.

c GRUPOS E ENCONTROS: Analisar a necessidade da sua formação.

d PROJETOS EDITORIAIS: Analisar a necessidade do desenvolvimento.

## Etapa 02 - PREPARAÇÃO DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS

a CURSOS, EVENTOS E OUTRAS ATIVIDADES:

a.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:

- \* Disponibilização dos cursos promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;
- \* Viabilização da forma que os cursos que serão promovidos durante a vigência da cooperação serão compartilhados.

a.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:

Se definido, elaboração de projeto específico de atividade para cada curso, discriminando qual ação compete a cada partícipe, observando as regras internas de cada parte.

## Etapa 03 - EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS

a CURSOS, EVENTOS E OUTRAS ATIVIDADES:

a.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:

- \* Seleção, solicitação e encaminhamento dos cursos já promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;
- \* Efetivo acesso aos cursos que serão promovidos e compartilhados durante a vigência da cooperação.

a.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:

Se definido, inicialização da execução de cada atividade, com a realização de cada ação ajustada pelos partícipes.



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 10/09/2025. Publicação: 11/09/2025. Nº 171/2025.

ISSN 2764-8060

**b CURSOS DE EAD E OUTRAS TECNOLOGIAS:**

**b.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:**

- \* Seleção, solicitação e encaminhamento dos cursos já promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;
- \* Efetivo acesso aos cursos que serão promovidos e compartilhados durante a vigência da cooperação.

**b.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:** se definido, inicialização da execução de cada atividade, com a realização de cada ação ajustada pelos partícipes.

**c GRUPOS E ENCONTROS:** Analisar a necessidade da sua formação.

**d PROJETOS EDITORIAIS:** Analisar a necessidade do desenvolvimento.

**Etapa 04 - RELATÓRIO FINAL E PRORROGAÇÃO**

Realização de reunião/intercâmbio, presencial ou por meio de grupo específico em aplicativo de celular, para elaboração de relatório final e análise da viabilidade da prorrogação do acordo.

|  | 1º<br>SEMESTRE   | 2º<br>SEMESTRE   | 3º<br>SEMESTRE   | 4º<br>SEMESTRE   |
|--|--|--|--|--|
| ETAPA 01<br>PLANEJAMENTO<br>DE<br>ATIVIDADES           | Realização do planejamento inicial de atividades e possibilidade de sua revisão (meses 1 a 6). | Possibilidade revisão de planejamento                          | Possibilidade de revisão de planejamento                       | Possibilidade de revisão de planejamento                       |
| ETAPA 02<br>PREPARAÇÃO<br>DE ATIVIDADES<br>ESPECÍFICAS | Realização do início da preparação das atividades planejadas (meses 1 a 6).                    | Continuação da preparação das atividades planejadas            | Continuação da preparação das atividades planejadas            | Continuação da preparação das atividades planejadas            |
| ETAPA 03<br>EXECUÇÃO DE<br>ATIVIDADES<br>ESPECÍFICAS   | Realização do início da execução das atividades planejadas e preparadas (meses 1 a 6).         | Continuação da execução das atividades planejadas e preparadas | Continuação da execução das atividades planejadas e preparadas | Continuação da execução das atividades planejadas e preparadas |
| ETAPA 4  |  |  |  | Realização de relatório final                                  |
| RELATÓRIO  |  |  |  |  |

**6 - DOS PRAZOS**

O prazo de vigência da presente cooperação técnica será de 24 (vinte e quatro), contados a partir da publicação no DOE/PE no DEMP/MA.





# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 10/09/2025. Publicação: 11/09/2025. Nº 171/2025.

ISSN 2764-8060

## 7 - DOS RECURSOS

Os recursos para as despesas decorrentes deste instrumento estão previstos em dotação orçamentária específica ou cobertos por dotação genérica constante da Lei Orçamentária Anual de cada partícipe.

## 8 - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Não haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes, cabendo a cada um a utilização de recurso próprio para o cumprimento de suas obrigações no acordo.

## 9 - UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Para a gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do objeto do presente Termo de Cooperação Técnica:

O MPPE designa a Diretora da ESMP-PE, Carolina de Moura Cordeiro Pontes.

O MPMA designa o Diretor da ESMP-MA, José Ribamar Sanches Prazeres.

## 10 - DA APROVAÇÃO

Estando perfeitamente ajustados com o disposto no presente Plano de Trabalho, os partícipes o aprovam.

Considera-se assinado e datado este instrumento a partir da última assinatura aposta.

E por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente Plano de Trabalho, em formato digital, com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

São Luís, data da assinatura eletrônica.

assinado eletronicamente\*

Danilo José de Castro Ferreira

Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Maranhão

assinado eletronicamente\*

José Ribamar Sanches Prazeres

Procurador de Justiça, Diretor da ESMP-MA

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco

Carolina de Moura Cordeiro Pontes

Promotora de Justiça Diretora da ESMP-PE

Testemunhas:

1.

Nome Completo:



# DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 10/09/2025. Publicação: 11/09/2025. Nº 171/2025.

ISSN 2764-8060

2.  
Nome Completo:

## Promotorias de Justiça da Comarca da Capital

### DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

#### Edital nº 10001/2025 - 43ªPJESPSLS2IJ

Habilitação de Empresas de Comunicação e Marketing para Apresentação de Propostas de Execução de Campanha Institucional do Programa Família Acolhedora

##### 1. APRESENTAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de São Luís, torna público o presente Edital de Habilitação, destinado a empresas do ramo de comunicação e marketing, que tenham interesse em apresentar propostas técnicas e orçamentárias para a execução de campanha institucional de divulgação do Programa Família Acolhedora.

As propostas apresentadas serão utilizadas como subsídio e poderão ser juntadas aos autos do processo judicial de cumprimento de sentença (PJE 0800412-62.2025.8.10.0002) para possibilitar o cumprimento da respectiva obrigação de fazer por meio de sub-rogação.

Cumprir destacar que a obrigação que fundamenta o presente edital decorre de sentença judicial proferida nos autos do Processo nº 0800278-74/2021.8.10.0002, bem como do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público e o Município de São Luís/MA, cujo objeto é a divulgação institucional do Programa Família Acolhedora, mediante a veiculação de propaganda local. O Município, entretanto, deixou de cumprir a referida obrigação, motivo pelo qual a Promotoria da Infância e Juventude adota as medidas necessárias à sua efetivação.

##### 2. SOBRE O PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA

O Programa Família Acolhedora é uma política pública voltada à proteção integral de crianças e adolescentes afastados temporariamente do convívio familiar em razão de medida protetiva.

Em vez de serem encaminhados a instituições de acolhimento, esses infantes passam a residir, por período determinado, com famílias previamente cadastradas, capacitadas e acompanhadas pela rede de proteção.

Esse modelo proporciona convivência familiar e comunitária mais humanizada, favorecendo o desenvolvimento afetivo e social da criança ou adolescente, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A divulgação do Programa é fundamental para sensibilizar famílias voluntárias e conscientizar a sociedade acerca da importância da modalidade de acolhimento familiar.

##### 3. OBJETO

O presente edital tem por objeto a habilitação de empresas de comunicação e marketing interessadas em apresentar propostas para a execução da campanha institucional de divulgação do Programa Família Acolhedora, conforme especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

##### 4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar do presente edital de habilitação empresas legalmente constituídas, que comprovem experiência na execução de campanhas institucionais, marketing digital e produção audiovisual.

Cada empresa deverá apresentar:

- Identificação completa (razão social, CNPJ, endereço e contatos);
- Proposta técnica detalhada, com metodologia, estratégias e entregáveis;
- Proposta orçamentária discriminada, contemplando todos os custos.

##### 5. PRAZO E FORMA DE ENVIO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser encaminhadas até o dia 30/09/2025, exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail: 2pjinfancia@mpma.mp.br.

O assunto do e-mail deverá constar: "Proposta – Habilitação Campanha Família Acolhedora".

##### 6. AVALIAÇÃO

As propostas serão analisadas pela Promotoria da Infância e Juventude responsável, que verificará a habilitação técnica e orçamentária das empresas participantes.

As informações poderão ser juntadas ao processo judicial pertinente, para instrução da execução da campanha institucional.

##### 7. DISPOSIÇÕES FINAIS

· A participação neste edital não gera direito à contratação imediata, servindo as propostas como subsídio técnico e orçamentário.

· A apresentação da proposta implica plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e em seu anexo.



## **Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025**

**ANEXO DE MOVIMENTACAO : E-MAIL SOLICITANDO A PUBLICAÇÃO**



Gabinete Procurador Geral de Justiça &lt;gabinetepgj@mpma.mp.br&gt;

---

**TERMCOOP-GPGJ -132025 e PLANO DE TRABALHO para publicação**

1 mensagem

**Gabinete Procurador Geral de Justiça** <gabinetepgj@mpma.mp.br>

10 de setembro de 2025 às 10:47

Para: Diário Eletrônico &lt;diarioeletronico@mpma.mp.br&gt;, Coordenadoria de Gestão de Pessoas &lt;cgp@mpma.mp.br&gt;

De ordem, encaminho, em anexo, o TERMCOOP-GPGJ - 132025 e PLANO DE TRABALHO para publicação.

Atenciosamente,

**ALLAN CUTRIM GOMES**

Assessor de Promotor de Justiça

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

(98) 3219 1629

Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau

CEP: 65076-820 - São Luís - Maranhão

f   @mpmaoficial

---

**3 anexos****TERMCOOP-GPGJ - 132025 e Plano de Trabalho assinados.pdf**

10154K

**TERMO DE COOPERAÇÃO.doc**

482K

**PLANO DE TRABALHO.doc**

538K

## **Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025**

**ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICA\_MPMA E MPPE E PLANO DE TRABALHO**



**TERMCOOP-GPGJ - 132025**  
**Código de validação: 43B711C9B1**

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 13/2025**

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA GERAL, CIENTÍFICA E CULTURAL ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO (MPPE), POR MEIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (MPMA) POR MEIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.**

Pelo presente instrumento particular, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO (MPPE)**, por meio da **PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA**, com sede na Rua do Imperador D. Pedro II, nº 473, Santo Antônio, Recife-PE, CNPJ nº 24.417.065/0001-03, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO**, residente e domiciliado na cidade do Recife-PE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º, incisos I e V, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 27/12/1994, e a **ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, com sede na Rua do Sol, nº 143, 5º andar, Santo Antônio, Recife-PE, neste ato representada por sua Diretora, **CAROLINA DE MOURA CORDEIRO PONTES**, e, de outro lado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO (MPMA)**, por meio da **PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA**, com sede na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís-MA, CNPJ 05.483.912/0001-85, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA**, residente e domiciliado na cidade de São Luís-MA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 29 da Lei Complementar Estadual nº. 013/1991, e a **ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO**, com sede à Avenida Professor Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís/MA, neste ato representada por seu Diretor, **JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES**, tendo em vista o que consta no PA nº 12057/2025, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante as cláusulas e condições, a seguir descritas:

**MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025**

**Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA**

**CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606/ 1611 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br**

**1/6**





## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Termo de Cooperação Técnica consiste no estabelecimento de parceria, visando à implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão e, ainda, comunicação, produção científica e atividades culturais de interesse mútuo das partes.

Sempre que houver interesse convergente dos partícipes serão disponibilizadas até 03 (três) vagas, sem custos, para os servidores do MPPE e do MPMA nos cursos promovidos por ambas as instituições.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

Todas as ações básicas fruto do presente Termo de Cooperação Técnica, inclusive com a indicação dos responsáveis pelo seu acompanhamento e execução, serão orientadas a partir de plano de trabalho a ser desenvolvido em conjunto pelo MPPE e MPMA, elaborado de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, que será parte integrante deste termo.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA AUSÊNCIA DE ÔNUS FINANCEIRO**

O presente Termo de Cooperação não gera obrigação pecuniária, sendo celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros, indenizações ou transferências de recursos entre os partícipes.

Cada uma das partes executará as ações ou atividades decorrentes deste acordo de cooperação por meio de suas próprias disponibilidades logísticas.

## **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS HUMANOS**

Os recursos humanos utilizados pelos partícipes nas atividades relativas ao presente Acordo de Cooperação não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação funcional com o órgão ou entidade de origem, ao qual cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza funcional, trabalhista, previdenciária, fiscal, estatutária, contratual e securitária decorrente das ações realizadas.

Cada uma das partes será única, integral e exclusivamente responsável pelo pagamento dos honorários e obrigações devidos aos prestadores de serviços que tiverem sido por elas diretamente contratados para os propósitos deste Instrumento, incluindo quaisquer pagamentos decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, dentre outras aplicáveis à matéria.



## **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

As partes signatárias se comprometem a cumprir com máximo rigor as disposições constantes deste Termo de Cooperação Técnica e plano de trabalho, bem como dos Aditivos que dele se originarem.

As partes poderão anexar a este Termo de Cooperação Técnica, sob a forma de aditivos, os programas das atividades que serão desenvolvidas.

As partes se comprometem a fornecer de forma transparente as informações necessárias uma à outra para o cumprimento dos encargos oriundos deste Termo de Cooperação Técnica Geral e seus aditivos.

As partes signatárias se comprometem a manter informações cadastrais atualizadas de seus alunos, bem como manter atualizadas as informações necessárias ao cumprimento do presente Termo de Cooperação Técnica Geral e de seus aditivos.

As partes signatárias se comprometem a comunicar, com a devida antecedência, eventuais dificuldades que possam prejudicar ou impossibilitar o cumprimento de alguma das cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica Geral ou de seus aditivos.

As partes signatárias se comprometem a empenhar-se no auxílio à divulgação dos cursos que serão oferecidos, utilizando, inclusive, a lista de e-mails (mailing) de seus ex-alunos e outros que estejam em seus acervos.

## **CLÁUSULA SEXTA – DOS TERMOS ADITIVOS**

A execução de cursos e/ou outras atividades previstas se dará através de Termos Aditivos a este Termo de Cooperação Técnica, a serem firmados entre o Ministério Público de Pernambuco e o Ministério Público do Maranhão, nos quais deverão constar pelo menos os seguintes elementos básicos, sem prejuízo de outras informações que se façam porventura necessárias:

- a) Identificação do projeto (título, local, período, participantes, abrangência etc.);
- b) Número de vagas ofertadas;
- c) Objetivos a atingir;
- d) Atividades e programação;
- e) Responsabilidades e atribuições das partes;
- f) Metodologia e cronograma de execução das atividades;
- g) Avaliação.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA OBSERVÂNCIA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)**

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA

CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606/ 1611 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br

3/6





As partes, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente Acordo de Cooperação Técnica em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria.

As partes, incluindo todos os seus colaboradores, comprometem-se a tratar todos os dados pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da outra parte, ainda que este Termo de Cooperação Técnica venha a ser rescindido ou resiliado e independentemente dos motivos que deram causa ao seu término ou resolução.

O tratamento de dados pessoais somente será realizado mediante o consentimento do titular, cuja manifestação deverá ser livre, informada e inequívoca e pela qual concordará com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA OBSERVÂNCIA À LEI ANTICORRUPÇÃO (LEI Nº 12.846/2013)**

As partes se obrigam a cumprir, no que couber, as disposições da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), comprometendo-se a adotar medidas destinadas à prevenção e ao combate de práticas lesivas à administração pública, nacional ou estrangeira, inclusive fraudes, corrupção, suborno e quaisquer atos ilícitos que atentem contra o patrimônio público, a moralidade administrativa ou os princípios da legalidade e da impessoalidade.

#### **CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE**

Os partícipes se comprometem a promover ampla divulgação das atividades, conteúdos, informações e documentos, bem como dos demais resultados provenientes deste instrumento.

Em qualquer ação promocional ou publicação de trabalhos relacionados com o objeto do presente acordo, realizados conjuntamente, deverá constar referência expressa aos partícipes, de caráter meramente informativo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Cooperação Técnica Geral vigorará pelo período de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado, alterado ou renovado de comum acordo pelos partícipes mediante assinatura de Termo Aditivo.

**Parágrafo Único:** Caso a assinatura seja efetivada por meio de certificação digital, será considerado para efeito de início de vigência a data em que o último signatário assinar.



(\*) Documento assinado eletronicamente por diversos autores, finalizado em 22 de Agosto de 2025 às 12:11 h e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.  
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade-utilizando-se>: Número do documento: TERMCOOP-GPGJ-132025, Código de Validação: 43B711C9B1.

A sua eficácia estará condicionada à publicação, nos termos da legislação aplicável a cada uma das partes, nos seus respectivos meios oficiais de comunicação e publicidade, nos termos da Lei nº 14.4133/2021 e no Portal da Transparência, observada a Resolução nº 86, de 21 de março de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA**

Este Termo de Cooperação Técnica Geral poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e sem prejuízo das atividades em andamento, devendo ser concluídas mediante acordos específicos.

Caso haja pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Termo, as responsabilidades pela conclusão de cada um dos programas de trabalho envolvidos, respeitadas as atividades em curso, as quais serão cumpridas antes de efetivar o encerramento, assim como quaisquer outras responsabilidades ou obrigações cabíveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos mediante entendimento entre as partes, observada a legislação pertinente e ouvidas as respectivas assessorias jurídicas, quando for o caso.

### **CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DO FORO**

Para dirimir as dúvidas ou controvérsias decorrentes da interpretação, aplicação ou execução deste Termo de Cooperação Técnica Geral ou de seus termos aditivos que não puderem ser resolvidas amigavelmente pelas partes, fica eleito o foro da Comarca de Recife, Estado de Pernambuco, com renúncia prévia e expressa de ambas as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

E, por estarem assim as partes justas e conveniadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus devidos efeitos legais.

São Luís, data da assinatura eletrônica.





(\*) Documento assinado eletronicamente por diversos autores, finalizado em 22 de Agosto de 2025 às 12:11 h e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.  
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: TERMCOOP-GPGJ-132025, Código de Validação: 43B711C9B1.

assinado eletronicamente\*

**Danilo José de Castro Ferreira**

**Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Maranhão**

assinado eletronicamente\*

**José Ribamar Sanches Prazeres**

**Procurador de Justiça, Diretor da ESMP-MA**

  
**José Paulo Cavalcanti Xavier Filho**

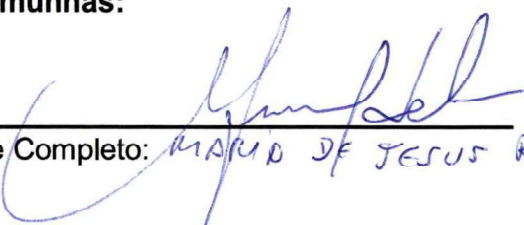
**Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco**

  
**Carolina de Moura Cordeiro Pontes**

**Promotora de Justiça Diretora da ESMP-PE**

**Testemunhas:**

1.

Nome Completo:  **MARIA DE JESUS RODRIGUES ARAUJO WEILMANN**

2.

  
Nome Completo: **NANCY TOTAL DE MEDEIROS**



(\*) Documento assinado eletronicamente por diversos autores, finalizado em 22 de Agosto de 2025 às 12:11 h e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: ANEXO-3841155, Código de Validação: 6CBB138730.



## PLANO DE TRABALHO

### Vinculado ao Termo de Cooperação Técnica nº 13/2025/MPPE/ESMP

**Fundamento Legal:** Art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021 e 57 da Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012.

Plano de Trabalho que regerá a execução do termo de cooperação, a ser firmado entre o Ministério Público do Estado de Pernambuco e o Ministério Público do Estado do Maranhão, prestando as seguintes informações:

|  |                  |                           |  |
|--|------------------|---------------------------|--|
| <b>1 – DADOS CADASTRAIS (PARTÍCIPE I)</b>  |                  |                           |  |
| <b>Nome:</b><br>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - MPPE  |                  |                           |  |
| <b>CNPJ:</b><br>24.417.065/0001-03   |                  |                           |  |
| <b>Endereço comercial:</b><br>Rua do Imperador, 473, Santo Antônio                                       |                  |                           |  |
| <b>Cidade:</b><br>Recife   | <b>UF:</b><br>PE | <b>CEP:</b><br>50.101-240 | <b>(DDD) Telefone:</b><br>(xx) xxxx-xxxx |
| <b>Nome do Responsável:</b><br>José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  |                  |                           |  |
| <b>EXECUTOR DO TERMO DE COOPERAÇÃO:</b><br>Escola Superior do Ministério Público do Estado de Pernambuco |                  |                           |  |
| <b>Nome do responsável:</b><br>Carolina de Moura Cordeiro Pontes   |                  |                           |  |
| <b>Cargo/função:</b><br>Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Pernambuco         |                  |                           |  |
| <b>2 – DADOS CADASTRAIS (PARTÍCIPE II)</b>   |                  |                           |  |
| <b>Nome:</b><br>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - MPMA  |                  |                           |  |
| <b>CNPJ:</b><br>06.989.347/0001-14   |                  |                           |  |
| <b>Endereço comercial:</b><br>Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau                                    |                  |                           |  |
| <b>Cidade:</b><br>São Luís   | <b>UF:</b><br>MA | <b>CEP:</b><br>65.076-820 | <b>(DDD) Telefone:</b><br>(98) 3219-1626 |
| <b>Nome do Responsável:</b><br>Danilo José de Castro Ferreira  |                  |                           |  |
| <b>Cargo/função:</b><br>Procurador-Geral de Justiça  |                  |                           |  |

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA

CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606/ 1611 e-mail: [gabinetepegj@mpma.mp.br](mailto:gabinetepegj@mpma.mp.br)

1/7





(\*) Documento assinado eletronicamente por diversos autores, finalizado em 22 de Agosto de 2025 às 12:11 h e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.  
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: ANEXO-3841155, Código de Validação: 6CBB138730.



**MPMA**  
Ministério Público  
do Estado do Maranhão



**ESMPMA**  
Escola Superior do Ministério Público  
do Estado do Maranhão



## EXECUTOR DO TERMO DE COOPERAÇÃO:

Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão

### Nome do responsável:

José Ribamar Sanches Prazeres

### Cargo/função:

Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão

## 3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

### Título:

Termo de Cooperação Técnica Geral, científica e cultural entre Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) por meio da Procuradoria-Geral de Justiça.

### Identificação do Objeto:

Implementação de ações conjuntas em cursos, projetos, programas e outras atividades de treinamento, desenvolvimento e educação, de interesse mútuo entre as partes.

### Justificativa:

Necessidade de promover intercâmbio entre os Ministérios Públicos para o fortalecimento institucional de sua unidade, em especial pela possibilidade de redução significativa de custos na produção das atividades desenvolvidas pelas Instituições.

### Período de execução:

60 (sessenta) meses, contados a partir da publicação no DOE/PE e DEMP/MA.

## 4 – OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

### 4.1. Compete ao MPPE/ESMP-PE e ao MPMA/ESMP-MA

- disponibilizar recursos humanos e materiais necessários para executar as ações conjuntas de que trata o presente acordo, respeitadas as normas internas e dentro de suas disponibilidades;
- recrutar, selecionar e treinar, quando necessário, os recursos humanos participantes das ações conjuntas previstas neste acordo;
- desenvolver, elaborar e prover apoio técnico aos programas e projetos a serem definidos para a implementação do presente acordo;
- disponibilizar dados e informações técnicas necessárias à implementação dos eventos;
- acompanhar e avaliar os resultados alcançados das atividades programadas, visando a otimização e/ou adequação, quando necessários;
- conduzir todas as atividades dentro de práticas administrativas financeiras e técnicas adequadas.

## 5 - METAS E ETAPAS (CRONOGRAMA)

### Metas:

Para a consecução do plano de trabalho, os partícipes se comprometem a observar

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA

CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606/ 1611 e-mail: [gabinetepegj@mpma.mp.br](mailto:gabinetepegj@mpma.mp.br)

2/7



(\*) Documento assinado eletronicamente por diversos autores, finalizado em 22 de Agosto de 2025 às 12:11 h e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.  
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: ANEXO-3841155, Código de Validação: 6CBB138730.



suas obrigações e as formas de cooperação para atingir como metas a produção de um significativo acervo de trabalhos e cursos, com alta qualidade, que estejam em conformidade com as atividades dos trabalhos de cada Escola Superior.

#### **Etapas:**

Para a realização das metas, os partícipes se comprometem a observar as seguintes etapas e seu cronograma.

#### **Etapa 01 - PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES**

##### **a CURSOS, EVENTOS E OUTRAS ATIVIDADES:**

###### **a.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:**

- \* Levantamento dos cursos promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;
- \* Levantamento dos cursos que serão promovidos durante a vigência da cooperação e serão compartilhados.

###### **a.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:**

Se necessário, definição das espécies, modalidades, projetos, cursos ou eventos serão executados mediante ações conjuntas.

##### **b CURSOS DE EAD E OUTRAS TECNOLOGIAS:**

###### **b.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:**

- \* Levantamento dos cursos promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;
- \* Levantamento dos cursos que serão promovidos durante a vigência da cooperação e serão compartilhados.

###### **b.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:**

Se necessário, definição das espécies, modalidades, projetos, cursos ou eventos serão executados mediante ações conjuntas.

##### **c GRUPOS E ENCONTROS:** Analisar a necessidade da sua formação.

##### **d PROJETOS EDITORIAIS:** Analisar a necessidade do desenvolvimento.

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA

CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606/ 1611 e-mail: [gabinetepegj@mpma.mp.br](mailto:gabinetepegj@mpma.mp.br)

3/7





(\*) Documento assinado eletronicamente por diversos autores, finalizado em 22 de Agosto de 2025 às 12:11 h e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.  
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: ANEXO-3841155, Código de Validação: 6CBB138730.



**MPMA**  
Ministério Público  
do Estado do Maranhão



**ESMPMA**  
Escola Superior do Ministério Público  
do Estado do Maranhão



## Etapa 02 - PREPARAÇÃO DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS

### a CURSOS, EVENTOS E OUTRAS ATIVIDADES:

#### a.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:

- \* Disponibilização dos cursos promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;
- \* Viabilização da forma que os cursos que serão promovidos durante a vigência da cooperação serão compartilhados.

#### a.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:

Se definido, elaboração de projeto específico de atividade para cada curso, discriminando qual ação compete a cada partícipe, observando as regras internas de cada parte.

## Etapa 03 - EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS

### a CURSOS, EVENTOS E OUTRAS ATIVIDADES:

#### a.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:

- \* Seleção, solicitação e encaminhamento dos cursos já promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;
- \* Efetivo acesso aos cursos que serão promovidos e compartilhados durante a vigência da cooperação.

#### a.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:

Se definido, inicialização da execução de cada atividade, com a realização de cada ação ajustada pelos partícipes.

### b CURSOS DE EAD E OUTRAS TECNOLOGIAS:

#### b.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA

CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606/ 1611 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br

4/7



(\*) Documento assinado eletronicamente por diversos autores, finalizado em 22 de Agosto de 2025 às 12:11 h e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.  
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: ANEXO-3841155, Código de Validação: 6CBB138730.



- \* Seleção, solicitação e encaminhamento dos cursos já promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;
- \* Efetivo acesso aos cursos que serão promovidos e compartilhados durante a vigência da cooperação.

**b.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:** se definido, inicialização da execução de cada atividade, com a realização de cada ação ajustada pelos partícipes.

**c GRUPOS E ENCONTROS:** Analisar a necessidade da sua formação.

**d PROJETOS EDITORIAIS:** Analisar a necessidade do desenvolvimento.

#### Etapa 04 - RELATÓRIO FINAL E PRORROGAÇÃO

Realização de reunião/intercâmbio, presencial ou por meio de grupo específico em aplicativo de celular, para elaboração de relatório final e análise da viabilidade da prorrogação do acordo.

|  | 1º<br>SEMESTRE   | 2º<br>SEMESTRE   | 3º<br>SEMESTRE   | 4º<br>SEMESTRE   |
|--|--|--|--|--|
| <b>ETAPA 01<br/>PLANEJAMENTO<br/>DE<br/>ATIVIDADES</b>           | Realização do planejamento inicial de atividades e possibilidade de sua revisão (meses 1 a 6). | Possibilidade de revisão de planejamento                       | Possibilidade de revisão de planejamento                       | Possibilidade de revisão de planejamento                       |
| <b>ETAPA 02<br/>PREPARAÇÃO<br/>DE ATIVIDADES<br/>ESPECÍFICAS</b> | Realização do início da preparação das atividades planejadas (meses 1 a 6).                    | Continuação da preparação das atividades planejadas            | Continuação da preparação das atividades planejadas            | Continuação da preparação das atividades planejadas            |
| <b>ETAPA 03<br/>EXECUÇÃO DE<br/>ATIVIDADES<br/>ESPECÍFICAS</b>   | Realização do início da execução das atividades planejadas e preparadas (meses 1 a 6).         | Continuação da execução das atividades planejadas e preparadas | Continuação da execução das atividades planejadas e preparadas | Continuação da execução das atividades planejadas e preparadas |

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA

CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606/ 1611 e-mail: [gabinetepgj@mpma.mp.br](mailto:gabinetepgj@mpma.mp.br)

5/7





(\*) Documento assinado eletronicamente por diversos autores, finalizado em 22 de Agosto de 2025 às 12:11 h e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.  
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: ANEXO-3841155, Código de Validação: 6CBB138730.



**MPMA**  
Ministério Público  
do Estado do Maranhão



**ESMPMA**  
Escola Superior do Ministério Público  
do Estado do Maranhão



|  |  |  |  |                               |
|--|--|--|--|-------------------------------|
| ETAPA 4  |  |  |  | Realização de relatório final |
| RELATÓRIO  |  |  |  |                               |
| <b>6 - DOS PRAZOS</b>  |  |  |  |                               |
| O prazo de vigência da presente cooperação técnica será de 24 (vinte e quatro), contados a partir da publicação no DOE/PE no DEMP/MA.  |  |  |  |                               |
| <b>7 - DOS RECURSOS</b>  |  |  |  |                               |
| Os recursos para as despesas decorrentes deste instrumento estão previstos em dotação orçamentária específica ou cobertos por dotação genérica constante da Lei Orçamentária Anual de cada partícipe.  |  |  |  |                               |
| <b>8 - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>   |  |  |  |                               |
| <u>Não haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes</u> , cabendo a cada um a utilização de recurso próprio para o cumprimento de suas obrigações no acordo.   |  |  |  |                               |
| <b>9 - UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA</b>   |  |  |  |                               |
| Para a gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do objeto do presente Termo de Cooperação Técnica:<br><br>O MPPE designa a Diretora da ESMP-PE, <b>Carolina de Moura Cordeiro Pontes</b> .<br><br>O MPMA designa o Diretor da ESMP-MA, <b>José Ribamar Sanches Prazeres</b> .  |  |  |  |                               |
| <b>10 - DA APROVAÇÃO</b>   |  |  |  |                               |
| Estando perfeitamente ajustados com o disposto no presente Plano de Trabalho, os partícipes o aprovam.<br><br>Considera-se assinado e datado este instrumento a partir da última assinatura aposta.<br><br>E por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente Plano de Trabalho, em formato digital, com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos. |  |  |  |                               |

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA

CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606/ 1611 e-mail: [gabinetepegj@mpma.mp.br](mailto:gabinetepegj@mpma.mp.br)

6/7



(\*) Documento assinado eletronicamente por diversos autores, finalizado em 22 de Agosto de 2025 às 12:11 h e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.  
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: ANEXO-3841155, Código de Validação: 6CBB138730.



São Luís, data da assinatura eletrônica.

**assinado eletronicamente\***

**Danilo José de Castro Ferreira**

**Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Maranhão**

**assinado eletronicamente\***

**José Ribamar Sanches Prazeres**

**Procurador de Justiça, Diretor da ESMP-MA**

**José Paulo Cavalcanti Xavier Filho**

**Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco**

**Carolina de Moura Cordeiro Pontes**

**Promotora de Justiça Diretora da ESMP-PE**

Testemunhas:

1.

Nome Completo: **MARIA DE JESUS RODRIGUES DRAUJO HEILMANN**

2.

Nome Completo: **PANCY TOSAL DE MEDEIROS**



## **Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025**

**ANEXO DE MOVIMENTACAO : E-MAIL - ENCAMINHA TERMO DE  
COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 13\_2025 E PLANO DE TRABALHO PARA  
ASSINATURA.PDF**



Gabinete Procurador Geral de Justiça &lt;gabinetepgj@mpma.mp.br&gt;

**Encaminha Termo de Cooperação Técnica n.º 13/2025 e Plano de Trabalho para assinatura.**

1 mensagem

Gabinete Procurador Geral de Justiça &lt;gabinetepgj@mpma.mp.br&gt;

22 de agosto de 2025 às 13:48

Para: PGJ-PE &lt;pgj@mppe.mp.br&gt;

**A Sua Excelência o Senhor****JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO**

Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco

Recife – PE

**Assunto:** Encaminha Termo de Cooperação Técnica n.º 13/2025 e Plano de Trabalho para assinatura.

Senhor Procurador-Geral,

Tenho a honra de encaminhar, para análise e assinatura, em **anexo**, o **Termo de Cooperação Técnica n.º 13/2025**, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Maranhão e o Ministério Público do Estado de Pernambuco, bem como o respectivo **Plano de Trabalho**.

Os referidos instrumentos têm por objeto a implementação de ações conjuntas voltadas ao ensino, à pesquisa, à produção científica e a atividades culturais de interesse recíproco entre as instituições.

Solicito a devolução dos autos, após a devida assinatura, para fins de formalização e continuidade dos trâmites administrativos.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

**DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA**

Procurador-Geral de Justiça

Ministério Público do Estado do Maranhão

---

**2 anexos****TERMCOOP-GPGJ - 132025.pdf**

476K

**PLANO\_DE\_TRABALHO .pdf**

607K

## **Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025**

**Anexo de movimentação: PLANO DE TRABALHO**



## PLANO DE TRABALHO

### Vinculado ao Termo de Cooperação Técnica nº 13/2025/MPPE/ESMP

**Fundamento Legal:** Art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021 e 57 da Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012.

Plano de Trabalho que regerá a execução do termo de cooperação, a ser firmado entre o Ministério Público do Estado de Pernambuco e o Ministério Público do Estado do Maranhão, prestando as seguintes informações:

|  |                  |                           |  |
|--|------------------|---------------------------|--|
| <b>1 – DADOS CADASTRAIS (PARTÍCIPE I)</b>  |                  |                           |  |
| <b>Nome:</b><br>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - MPPE  |                  |                           |  |
| <b>CNPJ:</b><br>24.417.065/0001-03   |                  |                           |  |
| <b>Endereço comercial:</b><br>Rua do Imperador, 473, Santo Antônio                                       |                  |                           |  |
| <b>Cidade:</b><br>Recife   | <b>UF:</b><br>PE | <b>CEP:</b><br>50.101-240 | <b>(DDD) Telefone:</b><br>(xx) xxxx-xxxx |
| <b>Nome do Responsável:</b><br>José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  |                  |                           |  |
| <b>EXECUTOR DO TERMO DE COOPERAÇÃO:</b><br>Escola Superior do Ministério Público do Estado de Pernambuco |                  |                           |  |
| <b>Nome do responsável:</b><br>Carolina de Moura Cordeiro Pontes   |                  |                           |  |
| <b>Cargo/função:</b><br>Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Pernambuco         |                  |                           |  |
| <b>2 – DADOS CADASTRAIS (PARTÍCIPE II)</b>   |                  |                           |  |
| <b>Nome:</b><br>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - MPMA  |                  |                           |  |
| <b>CNPJ:</b><br>06.989.347/0001-14   |                  |                           |  |
| <b>Endereço comercial:</b><br>Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau                                    |                  |                           |  |
| <b>Cidade:</b><br>São Luís   | <b>UF:</b><br>MA | <b>CEP:</b><br>65.076-820 | <b>(DDD) Telefone:</b><br>(98) 3219-1626 |
| <b>Nome do Responsável:</b><br>Danilo José de Castro Ferreira  |                  |                           |  |
| <b>Cargo/função:</b><br>Procurador-Geral de Justiça  |                  |                           |  |

**EXECUTOR DO TERMO DE COOPERAÇÃO:**

Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão

**Nome do responsável:**

José Ribamar Sanches Prazeres

**Cargo/função:**

Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão

**3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO****Título:**

Termo de Cooperação Técnica Geral, científica e cultural entre Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) por meio da Procuradoria-Geral de Justiça.

**Identificação do Objeto:**

Implementação de ações conjuntas em cursos, projetos, programas e outras atividades de treinamento, desenvolvimento e educação, de interesse mútuo entre as partes.

**Justificativa:**

Necessidade de promover intercâmbio entre os Ministérios Públicos para o fortalecimento institucional de sua unidade, em especial pela possibilidade de redução significativa de custos na produção das atividades desenvolvidas pelas Instituições.

**Período de execução:**

60 (sessenta) meses, contados a partir da publicação no DOE/PE e DEMP/MA.

**4 – OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPEIS****4.1. Compete ao MPPE/ESMP-PE e ao MPMA/ESMP-MA**

- disponibilizar recursos humanos e materiais necessários para executar as ações conjuntas de que trata o presente acordo, respeitadas as normas internas e dentro de suas disponibilidades.
- recrutar, selecionar e treinar, quando necessário, os recursos humanos participantes das ações conjuntas previstas neste acordo.
- desenvolver, elaborar e prover apoio técnico aos programas e projetos a serem definidos para a implementação do presente acordo;
- disponibilizar dados e informações técnicas necessárias à implementação dos eventos;
- acompanhar e avaliar os resultados alcançados das atividades programadas, visando a otimização e/ ou adequação, quando necessários;
- conduzir todas as atividades dentro de práticas administrativas financeiras e técnicas adequadas.

**5 - METAS E ETAPAS (CRONOGRAMA)****Metas:**

Para a consecução do plano de trabalho, os partícipes se comprometem a observar

suas obrigações e as formas de cooperação para atingir como metas a produção de um significativo acervo de trabalhos e cursos, com alta qualidade, que estejam em conformidade com as atividades dos trabalhos de cada Escola Superior.

**Etapas:**

Para a realização das metas, os partícipes se comprometem a observar as seguintes etapas e seu cronograma.

**Etapa 01 - PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES****a CURSOS, EVENTOS E OUTRAS ATIVIDADES:****a.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:**

- \* Levantamento dos cursos promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;
- \* Levantamento dos cursos que serão promovidos durante a vigência da cooperação e serão compartilhados.

**a.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:**

Se necessário, definição das espécies, modalidades, projetos, cursos ou eventos serão executados mediante ações conjuntas.

**b CURSOS DE EAD E OUTRAS TECNOLOGIAS:****b.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:**

- \* Levantamento dos cursos promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;
- \* Levantamento dos cursos que serão promovidos durante a vigência da cooperação e serão compartilhados.

**b.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:**

Se necessário, definição das espécies, modalidades, projetos, cursos ou eventos serão executados mediante ações conjuntas.

**c GRUPOS E ENCONTROS:** Analisar a necessidade da sua formação.**d PROJETOS EDITORIAIS:** Analisar a necessidade do desenvolvimento.

## **Etapa 02 - PREPARAÇÃO DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS**

### **a CURSOS, EVENTOS E OUTRAS ATIVIDADES:**

#### **a.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:**

- \* Disponibilização dos cursos promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;
- \* Viabilização da forma que os cursos que serão promovidos durante a vigência da cooperação serão compartilhados.

#### **a.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:**

Se definido, elaboração de projeto específico de atividade para cada curso, discriminando qual ação compete a cada partícipe, observando as regras internas de cada parte.

## **Etapa 03 - EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS**

### **a CURSOS, EVENTOS E OUTRAS ATIVIDADES:**

#### **a.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:**

- \* Seleção, solicitação e encaminhamento dos cursos já promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;
- \* Efetivo acesso aos cursos que serão promovidos e compartilhados durante a vigência da cooperação.

#### **a.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:**

Se definido, inicialização da execução de cada atividade, com a realização de cada ação ajustada pelos partícipes.

### **b CURSOS DE EAD E OUTRAS TECNOLOGIAS:**

#### **b.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:**

- \* Seleção, solicitação e encaminhamento dos cursos já promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;
- \* Efetivo acesso aos cursos que serão promovidos e compartilhados durante a vigência da cooperação.

**b.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:** se definido, inicialização da execução de cada atividade, com a realização de cada ação ajustada pelos partícipes.

**c GRUPOS E ENCONTROS:** Analisar a necessidade da sua formação.

**d PROJETOS EDITORIAIS:** Analisar a necessidade do desenvolvimento.

#### Etapa 04 - RELATÓRIO FINAL E PRORROGAÇÃO

Realização de reunião/intercâmbio, presencial ou por meio de grupo específico em aplicativo de celular, para elaboração de relatório final e análise da viabilidade da prorrogação do acordo.

|   | 1º<br>SEMESTRE   | 2º<br>SEMESTRE   | 3º<br>SEMESTRE   | 4º<br>SEMESTRE   |
|---|--|--|--|--|
| <b>ETAPA 01</b><br>PLANEJAMENTO<br>DE<br>ATIVIDADES           | Realização do planejamento inicial de atividades e possibilidade de sua revisão (meses 1 a 6). | Possibilidade de revisão de planejamento                       | Possibilidade de revisão de planejamento                       | Possibilidade de revisão de planejamento                       |
| <b>ETAPA 02</b><br>PREPARAÇÃO<br>DE ATIVIDADES<br>ESPECÍFICAS | Realização do início da preparação das atividades planejadas (meses 1 a 6).                    | Continuação da preparação das atividades planejadas            | Continuação da preparação das atividades planejadas            | Continuação da preparação das atividades planejadas            |
| <b>ETAPA 03</b><br>EXECUÇÃO DE<br>ATIVIDADES<br>ESPECÍFICAS   | Realização do início da execução das atividades planejadas e preparadas (meses 1 a 6).         | Continuação da execução das atividades planejadas e preparadas | Continuação da execução das atividades planejadas e preparadas | Continuação da execução das atividades planejadas e preparadas |



|                  |  |  |  |                               |
|------------------|--|--|--|-------------------------------|
| <b>ETAPA 4</b>   |  |  |  | Realização de relatório final |
| <b>RELATÓRIO</b> |  |  |  |                               |

**6 - DOS PRAZOS**

O prazo de vigência da presente cooperação técnica será de 24 (vinte e quatro), contados a partir da publicação no DOE/PE no DEMP/MA.

**7 - DOS RECURSOS**

Os recursos para as despesas decorrentes deste instrumento estão previstos em dotação orçamentária específica ou cobertos por dotação genérica constante da Lei Orçamentária Anual de cada partícipe.

**8 - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Não haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes, cabendo a cada um a utilização de recurso próprio para o cumprimento de suas obrigações no acordo.

**9 - UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Para a gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do objeto do presente Termo de Cooperação Técnica:

O MPPE designa a Diretora da ESMP-PE, **Carolina de Moura Cordeiro Pontes**.

O MPMA designa o Diretor da ESMP-MA, **José Ribamar Sanches Prazeres**.

**10 - DA APROVAÇÃO**

Estando perfeitamente ajustados com o disposto no presente Plano de Trabalho, os partícipes o aprovam.

Considera-se assinado e datado este instrumento a partir da última assinatura aposta.

E por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente Plano de Trabalho, em formato digital, com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

São Luís, data da assinatura eletrônica.

**assinado eletronicamente\***

**Danilo José de Castro Ferreira**

**Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Maranhão**

**assinado eletronicamente\***

**José Ribamar Sanches Prazeres**

**Procurador de Justiça, Diretor da ESMP-MA**

**José Paulo Cavalcanti Xavier Filho**

**Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco**

**Carolina de Moura Cordeiro Pontes**

**Promotora de Justiça Diretora da ESMP-PE**

**Testemunhas:**

**1. \_\_\_\_\_**

Nome Completo:

**2. \_\_\_\_\_**

Nome Completo:



## **Ministério Público do Estado do Maranhão**

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

### **Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025**

**Documento Administrativo: TERMCOOP-GPGJ - 132025**



**TERMCOOP-GPGJ - 132025**  
**Código de validação: 43B711C9B1**

### **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 13/2025**

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA GERAL, CIENTÍFICA E CULTURAL ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO (MPPE), POR MEIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (MPMA) POR MEIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.**

Pelo presente instrumento particular, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO (MPPE)**, por meio da **PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA**, com sede na Rua do Imperador D. Pedro II, nº 473, Santo Antônio, Recife-PE, CNPJ nº 24.417.065/0001-03, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO**, residente e domiciliado na cidade do Recife-PE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º, incisos I e V, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 27/12/1994, e a **ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, com sede na Rua do Sol, nº 143, 5º andar, Santo Antônio, Recife-PE, neste ato representada por sua Diretora, **CAROLINA DE MOURA CORDEIRO PONTES**, e, de outro lado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO (MPMA)**, por meio da **PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA**, com sede na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís-MA, CNPJ 05.483.912/0001-85, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA**, residente e domiciliado na cidade de São Luís-MA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 013/1991, e a **ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO**, com sede à Avenida Professor Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís/MA, neste ato representada por seu Diretor, **JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES**, tendo em vista o que consta no PA nº 12057/2025, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante as cláusulas e condições, a seguir descritas:

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA

CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606/ 1611 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br

1/6



## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Termo de Cooperação Técnica consiste no estabelecimento de parceria, visando à implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão e, ainda, comunicação, produção científica e atividades culturais de interesse mútuo das partes.

Sempre que houver interesse convergente dos partícipes serão disponibilizadas até 03 (três) vagas, sem custos, para os servidores do MPPE e do MPMA nos cursos promovidos por ambas as instituições.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

Todas as ações básicas fruto do presente Termo de Cooperação Técnica, inclusive com a indicação dos responsáveis pelo seu acompanhamento e execução, serão orientadas a partir de plano de trabalho a ser desenvolvido em conjunto pelo MPPE e MPMA, elaborado de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, que será parte integrante deste termo.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA AUSÊNCIA DE ÔNUS FINANCEIRO**

O presente Termo de Cooperação não gera obrigação pecuniária, sendo celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros, indenizações ou transferências de recursos entre os partícipes.

Cada uma das partes executará as ações ou atividades decorrentes deste acordo de cooperação por meio de suas próprias disponibilidades logísticas.

## **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS HUMANOS**

Os recursos humanos utilizados pelos partícipes nas atividades relativas ao presente Acordo de Cooperação não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação funcional com o órgão ou entidade de origem, ao qual cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza funcional, trabalhista, previdenciária, fiscal, estatutária, contratual e securitária decorrente das ações realizadas.

Cada uma das partes será única, integral e exclusivamente responsável pelo pagamento dos honorários e obrigações devidos aos prestadores de serviços que tiverem sido por elas diretamente contratados para os propósitos deste Instrumento, incluindo quaisquer pagamentos decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, dentre outras aplicáveis à matéria.





## **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

As partes signatárias se comprometem a cumprir com máximo rigor as disposições constantes deste Termo de Cooperação Técnica e plano de trabalho, bem como dos Aditivos que dele se originarem.

As partes poderão anexar a este Termo de Cooperação Técnica, sob a forma de aditivos, os programas das atividades que serão desenvolvidas.

As partes se comprometem a fornecer de forma transparente as informações necessárias uma à outra para o cumprimento dos encargos oriundos deste Termo de Cooperação Técnica Geral e seus aditivos.

As partes signatárias se comprometem a manter informações cadastrais atualizadas de seus alunos, bem como manter atualizadas as informações necessárias ao cumprimento do presente Termo de Cooperação Técnica Geral e de seus aditivos.

As partes signatárias se comprometem a comunicar, com a devida antecedência, eventuais dificuldades que possam prejudicar ou impossibilitar o cumprimento de alguma das cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica Geral ou de seus aditivos.

As partes signatárias se comprometem a empenhar-se no auxílio à divulgação dos cursos que serão oferecidos, utilizando, inclusive, a lista de e-mails (mailing) de seus ex-alunos e outros que estejam em seus acervos.

## **CLÁUSULA SEXTA – DOS TERMOS ADITIVOS**

A execução de cursos e/ou outras atividades previstas se dará através de Termos Aditivos a este Termo de Cooperação Técnica, a serem firmados entre o Ministério Público de Pernambuco e o Ministério Público do Maranhão, nos quais deverão constar pelo menos os seguintes elementos básicos, sem prejuízo de outras informações que se façam porventura necessárias:

- Identificação do projeto (título, local, período, participantes, abrangência etc.);
- Número de vagas ofertadas;
- Objetivos a atingir;
- Atividades e programação;
- Responsabilidades e atribuições das partes;
- Metodologia e cronograma de execução das atividades;
- Avaliação.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA OBSERVÂNCIA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)**



As partes, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente Acordo de Cooperação Técnica em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria.

As partes, incluindo todos os seus colaboradores, comprometem-se a tratar todos os dados pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da outra parte, ainda que este Termo de Cooperação Técnica venha a ser rescindido ou resiliado e independentemente dos motivos que deram causa ao seu término ou resolução.

O tratamento de dados pessoais somente será realizado mediante o consentimento do titular, cuja manifestação deverá ser livre, informada e inequívoca e pela qual concordará com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA OBSERVÂNCIA À LEI ANTICORRUPÇÃO (LEI Nº 12.846/2013)**

As partes se obrigam a cumprir, no que couber, as disposições da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), comprometendo-se a adotar medidas destinadas à prevenção e ao combate de práticas lesivas à administração pública, nacional ou estrangeira, inclusive fraudes, corrupção, suborno e quaisquer atos ilícitos que atentem contra o patrimônio público, a moralidade administrativa ou os princípios da legalidade e da impessoalidade.

#### **CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE**

Os partícipes se comprometem a promover ampla divulgação das atividades, conteúdos, informações e documentos, bem como dos demais resultados provenientes deste instrumento.

Em qualquer ação promocional ou publicação de trabalhos relacionados com o objeto do presente acordo, realizados conjuntamente, deverá constar referência expressa aos partícipes, de caráter meramente informativo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Cooperação Técnica Geral vigorará pelo período de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado, alterado ou renovado de comum acordo pelos partícipes mediante assinatura de Termo Aditivo.

**Parágrafo Único:** Caso a assinatura seja efetivada por meio de certificação digital, será considerado para efeito de início de vigência a data em que o último signatário assinar.



A sua eficácia estará condicionada à publicação, nos termos da legislação aplicável a cada uma das partes, nos seus respectivos meios oficiais de comunicação e publicidade, nos termos da Lei nº 14.4133/2021 e no Portal da Transparência, observada a Resolução nº 86, de 21 de março de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA**

Este Termo de Cooperação Técnica Geral poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e sem prejuízo das atividades em andamento, devendo ser concluídas mediante acordos específicos.

Caso haja pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Termo, as responsabilidades pela conclusão de cada um dos programas de trabalho envolvidos, respeitadas as atividades em curso, as quais serão cumpridas antes de efetivar o encerramento, assim como quaisquer outras responsabilidades ou obrigações cabíveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos mediante entendimento entre as partes, observada a legislação pertinente e ouvidas as respectivas assessorias jurídicas, quando for o caso.

### **CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DO FORO**

Para dirimir as dúvidas ou controvérsias decorrentes da interpretação, aplicação ou execução deste Termo de Cooperação Técnica Geral ou de seus termos aditivos que não puderem ser resolvidas amigavelmente pelas partes, fica eleito o foro da Comarca de Recife, Estado de Pernambuco, com renúncia prévia e expressa de ambas as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

E, por estarem assim as partes justas e conveniadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus devidos efeitos legais.

São Luís, data da assinatura eletrônica.



(\*) Documento assinado eletronicamente por diversos autores, finalizado em 22 de Agosto de 2025 às 12:11 h e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.  
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: TERMCOOP-GPGI-132025, Código de Validação: 43B711C9B1.

**assinado eletronicamente\***

**Danilo José de Castro Ferreira**

**Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Maranhão**

**assinado eletronicamente\***

**José Ribamar Sanches Prazeres**

**Procurador de Justiça, Diretor da ESMP-MA**

**José Paulo Cavalcanti Xavier Filho**

**Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco**

**Carolina de Moura Cordeiro Pontes**

**Promotora de Justiça Diretora da ESMP-PE**

**Testemunhas:**

**1. \_\_\_\_\_**  
**Nome Completo:**

**2. \_\_\_\_\_**  
**Nome Completo:**



## **Ministério Público do Estado do Maranhão**

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

### **Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025**

**Documento Administrativo: PARECER-DGAJA - 2782025**





(\*) Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU** em 03 de Julho de 2025 às 14:53 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.  
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PARECER-DGAJA-2782025, Código de validação: 47F1F671F3.



Assessoria Jurídica da Administração

**PARECER-DGAJA - 2782025**  
( relativo ao Processo 120572025 )  
Código de validação: 47F1F671F3

**À Secretaria para Assuntos Institucionais - SECINST**

**Senhor Diretor,**

Trata-se de Processo Administrativo instaurado a partir do MEMO-ESMP - 672025, da Escola Superior do MPMA, por meio do qual encaminha ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, minuta de Termo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o Ministério Público do Estado do Maranhão e o Ministério Público do Estado de Pernambuco, visando “a implementação de ações conjuntas em atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão e, ainda, comunicação, produção científica e atividades culturais de interesse mútuo das partes”.

Acompanha o pedido: Minuta do Acordo de Cooperação Técnica e Plano de Trabalho;

1. ID 9350922 - Gabinete do Procurador-Geral de Justiça encaminhou os autos à Secretaria para Assuntos Institucionais, para providências;
2. DESPACHO-SECINST – 1572025 - SECINST se manifestou favorável, “*não vendo óbice à celebração do termo de cooperação entre o MPMA e o MPPE, por serem convergentes os interesses dos partícipes*”. Após, encaminhou os autos a esta ASSJUR para análise.

**É o breve relatório. Passa-se a análise.**

Inicialmente, cumpre salientar que a seguinte manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do Ato Regulamentar nº 22/2020<sup>1</sup>, incumbe a esta Assessoria uma análise sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados por este Órgão Ministerial, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica, administrativa ou discricionária.

Versam os presentes autos sobre a proposta de Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o Ministério Público do Estado do Maranhão - MPMA e o Ministério Público do Estado de Pernambuco - MPPE, visando a implementação de ações



#### Assessoria Jurídica da Administração

conjuntas em atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão e, ainda, comunicação, produção científica e atividades culturais de interesse mútuo das partes”.

Pois bem. A ênfase na cooperação entre a Administração Pública se deu a partir da Constituição Federal de 1988, cujo artigo 23, ao tratar da Organização do Estado, introduziu a ideia de *cooperação associativa* ao disciplinar a competência material comum entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Posteriormente, com a Reforma Administrativa, objeto da Emenda Constitucional nº 19/98, o instituto foi regulado de forma explícita no artigo 241 da Carta Magna, vejamos:

Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

Conforme a doutrina de Rafael Carvalho Rezende Oliveira<sup>2</sup>, enquanto os contratos administrativos são caracterizados pela existência de interesses contrapostos das partes o Poder Público tem por objetivo promover o interesse público e o particular pretende auferir lucro, os convênios administrativos são caracterizados pela comunhão de interesses dos conveniados os partícipes possuem os mesmos interesses.

Com advento da Lei nº. 14.133/21, os referidos instrumentos foram previstos no artigo 184, *in verbis*:

Art. 184. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber e na ausência de norma específica, **aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres** celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública, na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal.

No âmbito da União, visando regulamentar o disposto no art. 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, foi publicado o Decreto nº 11.531/2023. O referido ato normativo, em seu artigo 2º, inciso XIII, e no artigo 24, apresentou a seguinte definição sobre Acordo de Cooperação Técnica:



(\*) Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU** em **03 de Julho de 2025 às 14:53 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.  
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: PARECER-DGAJA-2782025, Código de Validação: 47F1F671F3.**



### Assessoria Jurídica da Administração

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

[...]

XIII - acordo de cooperação técnica - instrumento de cooperação para a execução de ações de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração, a título gratuito, sem transferência de recursos ou doação de bens, no qual o objeto e as condições da cooperação são ajustados de comum acordo entre as partes; e

## CAPÍTULO III

### DAS PARCERIAS SEM TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

#### Seção única Das cooperações sem transferências de recursos ou de bens materiais

Art. 24. Os órgãos e as entidades da administração pública federal poderão celebrar, a título gratuito, sem transferência de recursos e doação de bens materiais, os seguintes instrumentos de cooperação para execução descentralizada de políticas públicas de interesse recíproco e em mútua colaboração:

I - acordo de cooperação técnica, na hipótese de o objeto e as condições da cooperação serem ajustados de comum acordo entre as partes; ou

II - acordo de adesão, na hipótese de o objeto e as condições da cooperação serem previamente estabelecidos pelo órgão ou pela entidade da administração pública federal responsável por determinada política pública.

Parágrafo único. As despesas relacionadas à execução da parceria não configuram transferência de recursos entre as partes.

Art. 25. Os acordos de cooperação técnica e os acordos de adesão poderão ser celebrados:

I - entre órgãos e entidades da administração pública federal;

II - com órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal;

III - com serviços sociais autônomos; e

IV - com consórcios públicos.



(\*) Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU** em **03 de Julho de 2025 às 14:53 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.  
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: PARECER-DGAJA-2782025, Código de Validação: 47F1F671F3.**



#### Assessoria Jurídica da Administração

Ao observar a definição supra, nota-se que as principais características desse instrumento são **ações de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração, a título gratuito, sem transferência de recursos**, desde que os entes possuam interesses comuns e ambos colaborem com esforços para a efetivação do fim almejado.

A essência do Acordo/Termo de Cooperação Técnica é puramente o intercâmbio de conhecimentos técnicos e práticas operacionais em áreas de interesse comum, objetivando o aprimoramento das atividades institucionais, mediante programas específicos a serem desenvolvidos para contemplar os anseios dos órgãos ou entidades participantes, sem fazer referência a dispêndio de recursos.

Logo, o acordo/termo de cooperação técnica deve identificar o objeto a ser executado, as metas a serem atingidas, as etapas ou fases de execução e a previsão de início e fim da execução do objeto do ajuste. Diante da vedação de celebração de ajustes genéricos, o acordo de cooperação deve, pois, prever de forma clara e precisa todos os elementos necessários à sua execução.

Dado que o Acordo/Termo de Cooperação Técnica não implica repasse de recursos financeiros, aplicam-se a ele apenas as disposições normativas da Lei nº 14.133/2021, que sejam compatíveis com essa especificidade.

Da análise dos autos, notadamente a partir da minuta do Acordo de Cooperação Técnica, observa-se que o acordo ora proposto não implicará no repasse de recursos financeiros entre os parceiros da avença. Vejamos:

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA AUSÊNCIA DE ÔNUS FINANCEIRO

3.1. O presente Termo de Cooperação Técnica não gera obrigação pecuniária, sendo celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros, indenizações ou transferências de recursos entre os partícipes.

3.2. Cada uma das partes executará as ações ou atividades decorrentes deste acordo de cooperação por meio de suas próprias disponibilidades logísticas.

Nota-se, que a minuta do Acordo de Cooperação Técnica, está acompanhada de Plano de Trabalho (ID 3808626), elaborados em conformidade com o Art. 184 da Lei nº 14.133/2021. O plano de trabalho integra a proposta de celebração do Acordo sendo instrumento necessário para caracterizar, no que couber, as metas a serem atingidas, as etapas ou fases de execução, a previsão de início e fim da execução do objeto, bem como a conclusão das etapas ou fases programadas. Do mesmo modo, um requisito prévio e essencial necessário à formalização posterior do presente Acordo, é a prévia aprovação do Plano de Trabalho pelas partes.



#### Assessoria Jurídica da Administração

Por fim, cumpre esclarecer, que cabe a esta Assessoria Jurídica da Administração, de acordo com o art. 63, I, do Ato Regulamentar nº 22/2020, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, o controle prévio de **legalidade do instrumento**. Sendo assim, não é atribuição desta Assessoria a análise do aspecto jurídico relacionado aos ajustes de vontade da pretensa parceria, uma vez que está relacionado a atividade finalística do MPMA.

**Ante o exposto**, considerando os documentos e as informações que instruem os presentes autos, esta Assessoria se manifesta pela aprovação da minuta do Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o MPMA e o MPPE, conforme o art. 53, §4º da Lei nº 14.133/2023, ressalvados os aspectos técnicos, discricionários, econômicos e financeiros, **desde que**:

1. Os autos sejam encaminhados à SECINST para adequar a minuta ao padrão deste MPMA e para a realização das seguintes adequações:

#### Minuta do Acordo de Cooperação Técnica

##### a. Ementa – redação sugerida

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA GERAL, CIENTÍFICA E CULTURAL ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO (MPPE), POR MEIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (MPMA) POR MEIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

b. Preâmbulo – recomenda-se substituir o número de inscrição no CPF pela matrícula dos representantes das partes, considerando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD - Lei nº 13.709/2018;

c. Acrescentar cláusula prevendo a observância à Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013);

#### Plano de Trabalho:





(\*) Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU** em 03 de Julho de 2025 às 14:53 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.  
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: PARECER-DGAJA-2782025, Código de Validação: 47F1F671F3.



**Assessoria Jurídica da Administração**

- a. Item 5. DO PRAZO, Alinhar o prazo de vigência entre os instrumentos, considerando a divergência entre a cláusula nona do Termo de Cooperação e o plano de trabalho;
  - b. Item 4 (cronograma), acrescentar as informações dos cursos a serem compartilhados entre os partícipes, assim que possível;
2. Que seja aprovado o Plano de Trabalho nos termos do art. 184 da Lei nº. 14.133/2021;
  3. Após assinatura do instrumento, providenciar a sua publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão, criado pela Lei Estadual nº. 10.399/2015 e regulamentado pelo Ato Regulamentar nº. 17/2018-GPGJ.

São Luís/MA, data do sistema.

À Consideração Superior.

1 Dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça.

2 OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e contratos administrativos. 6. ed. São Paulo: Método, 2017. P. 323.

*assinado eletronicamente em 03/07/2025 às 14:53 h (\*)*

**MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU**

TÉCNICO MINISTERIAL

ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO



## **Ministério Público do Estado do Maranhão**

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

### **Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025**

**Documento Administrativo: DESPACHO-SECINST - 1572025**



(\*) Documento assinado eletronicamente por **EDNARG FERNANDES MARQUES** em 24 de Junho de 2025 às 10:53 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.  
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: DESPACHO-SECINST-1572025, Código de validação: 62BF1050DA.



Secretaria para Assuntos Institucionais

**DESPACHO-SECINST - 1572025**  
**( relativo ao Processo 120572025 )**  
**Código de validação: 62BF1050DA**

Assunto: Acordo de Cooperação Técnica entre o MPMA e o MPPE

Trata-se de Processo Administrativo instaurado a partir do MEMO-ESMP - 672025, por meio do qual a Escola Superior do Estado de Pernambuco e Ministério Público de Pernambuco, encaminha minuta de Acordo de Cooperação Técnica e o respectivo Plano de Trabalho.

Conforme Memorando da Escola Superior, o projeto visa formalizar a parceria entre o MPPE e o MPMA, com vistas a implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão e, ainda, comunicação, produção científica e atividades culturais de interesse mútuo das partes.

Em seguida, vieram os autos para manifestação da SECINST.

Após análise dos autos, esta Secretaria, não vendo óbice à celebração do termo de cooperação entre o MPMA e o MPPE, por serem convergentes os interesses dos partícipes, determina que os presentes autos sejam encaminhados à assessoria jurídica da administração, para análise e manifestação das minutas oriundas do MPPE (ID 3808625 e 3808626), com o fim de celebração do instrumento.

*assinado eletronicamente em 24/06/2025 às 10:53 h (\*)*

**EDNARG FERNANDES MARQUES**

DIRETOR DE SECRETARIA

DIRETOR DA SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS - SECINST

## **Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025**

# **2. PLANO DE TRABALHO\_COOPERAÇÃO\_ MPPE\_MPMA. REVISADO (1)**



## **PLANO DE TRABALHO**

**Vinculado ao Termo de Cooperação Técnica n.º ———/2025/MPPE/ESUMP**

Nos termos do disposto nos artigos art. 5º da Lei n.º 14.133, de 2021 e 57 da Lei Estadual n.º 17.928, de 27 de dezembro de 2012, os partícipes propõem o presente Plano de Trabalho, que regerá a execução do termo de cooperação, prestando as seguintes informações:

### **1. DADOS CADASTRAIS (PROponentes/PARTÍCIPIES)**

#### **1.1. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

CNPJ: 24.417.065/0001-03

Endereço: Rua do Imperador, 473, Santo Antonio Cidade: Recife

Estado: PE

CEP: 50.101-240

Esfera Administrativa: Estadual

Nome do responsável: José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

Cargo/função: Procurador-Geral de Justiça

EXECUTOR DO TERMO DE COOPERAÇÃO: ESCOLA SUPERIOR DO  
MP/PERNAMBUCO

Nome do responsável: Carolina de Moura Cordeiro Pontes

Cargo/função: Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Estado de  
Pernambuco

#### **1.2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Endereço: Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau

Cidade: São Luís

Estado: MA

CEP: 6.5076-820

Esfera Administrativa: Estadual

Nome do responsável: Danilo José de Castro Ferreira

Cargo/função: Procurador-Geral de Justiça

EXECUTOR DO TERMO DE COOPERAÇÃO: ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Nome do responsável: José Ribamar Sanches Prazeres

Cargo/função: Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Estado do  
Maranhão

## 2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

**2.1 Identificação do Objeto:** implementação de ações conjuntas em cursos, projetos, programas e outras atividades de treinamento, desenvolvimento e educação, de interesse mútuo entre as partes.

**2.2 Período de execução:** 60 (sessenta) meses, contados a partir da publicação no DOE/PE e DEMP/MA.

**2.3. Justificativa:** Necessidade de promover intercâmbio entre os Ministérios Públicos para o fortalecimento institucional de sua unidade, em especial pela possibilidade de redução significativa de custos na produção das atividades desenvolvidas pelas Instituições.

## 3. OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

**3.1. Compete ao MPPE/ESMP-PE e ao MPMA/ESMP-MA**

- a) Disponibilizar recursos humanos e materiais necessários para executar as ações conjuntas de que trata o presente acordo, respeitadas as normas internas e dentro de suas disponibilidades.
- b) Recrutar, selecionar e treinar, quando necessário, os recursos humanos participantes das ações conjuntas previstas neste acordo.
- c) Desenvolver, elaborar e prover apoio técnico aos programas e projetos a serem definidos para a implementação do presente acordo;
- d) Disponibilizar dados e informações técnicas necessárias à implementação dos eventos;
- e) Acompanhar e avaliar os resultados alcançados das atividades programadas, visando a otimização e/ou adequação, quando necessários;
- f) Conduzir todas as atividades dentro de práticas administrativas financeiras e técnicas adequadas.

#### 4. METAS E ETAPAS (CRONOGRAMA)

4.1. **Metas:** Para a consecução do plano de trabalho, os partícipes se comprometem a observar suas obrigações e as formas de cooperação para atingir como metas a produção de um significativo acervo de trabalhos e cursos, com alta qualidade, que estejam em conformidade com as atividades dos trabalhos de cada Escola Superior.

4.2. **Etapas:** Para a realização das metas, os partícipes se comprometem a observar as seguintes etapas e seu cronograma.

##### **Etap 01 - PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES**

##### **A) CURSOS, EVENTOS E OUTRAS ATIVIDADES:**

##### **a.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:**

- \* levantamento dos cursos promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;
- \* levantamento dos cursos que serão promovidos durante a vigência da cooperação e serão compartilhados.

**a.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:** se necessário, definição das espécies, modalidades, projetos, cursos ou eventos serão executados mediante ações conjuntas.

##### **B) CURSOS DE EAD E OUTRAS TECNOLOGIAS:**

##### **b.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:**

- \* levantamento dos cursos promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;
- \* levantamento dos cursos que serão promovidos durante a vigência da cooperação e serão compartilhados.

**b.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:** se necessário, definição das espécies, modalidades, projetos, cursos ou eventos serão executados mediante ações conjuntas.

**C) GRUPOS E ENCONTROS:** analisar a necessidade da sua formação.

**D) PROJETOS EDITORIAIS:** analisar a necessidade do desenvolvimento.

##### **Etap 02 - PREPARAÇÃO DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS**

##### **A) CURSOS, EVENTOS E OUTRAS ATIVIDADES:**

**a.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:**

\* disponibilização dos cursos promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;

\* viabilização da forma que os cursos que serão promovidos durante a vigência da cooperação serão compartilhados.

**a.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:** se definido, elaboração de projeto específico de atividade para cada curso, discriminando qual ação compete a cada partícipe, observando as regras internas de cada parte.

**B) CURSOS DE EAD E OUTRAS TECNOLOGIAS:**

**b.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:**

\* disponibilização dos cursos promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;

\* viabilização da forma que os cursos que serão promovidos durante a vigência da cooperação serão compartilhados.

**b.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:** se definido, elaboração de projeto específico de cada atividade que será executada mediante ações conjuntas.

**C) GRUPOS E ENCONTROS:** analisar a necessidade da sua formação.

**D) PROJETOS EDITORIAIS:** analisar a necessidade do desenvolvimento.

**Etapas 03 - EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS**

**A) CURSOS, EVENTOS E OUTRAS ATIVIDADES:**

**a.1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:**

\* seleção, solicitação e encaminhamento dos cursos já promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;

\* efetivo acesso aos cursos que serão promovidos e compartilhados durante a vigência da cooperação.

**a. 2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:** se definido, inicialização da execução de cada atividade, com a realização de cada ação ajustada pelos partícipes.

**B) CURSOS DE EAD E OUTRAS TECNOLOGIAS:**

**b. 1) Cursos desenvolvidos por cada partícipe a serem compartilhados:**

\* seleção, solicitação e encaminhamento dos cursos já promovidos ou constantes do banco de dados dos partícipes que possam ser objeto de compartilhamento;



\* efetivo acesso aos cursos que serão promovidos e compartilhados durante a vigência da cooperação.

**b.2) Cursos a serem desenvolvidos em ações conjuntas:** se definido, inicialização da execução de cada atividade, com a realização de cada ação ajustada pelos partícipes.

**C) GRUPOS E ENCONTROS:** analisar a necessidade da sua formação.

**D) PROJETOS EDITORIAIS:** analisar a necessidade do desenvolvimento.

#### **Etapa 04 - RELATÓRIO FINAL E PRORROGAÇÃO**

Realização de reunião/intercâmbio, presencial ou por meio de grupo específico em aplicativo de celular, para elaboração de relatório final e análise da viabilidade da prorrogação do acordo.

|  | <b>1°<br/>SEMESTRE</b>   | <b>2°<br/>SEMESTRE</b>                              | <b>3°<br/>SEMESTRE</b>                              | <b>4°<br/>SEMESTRE</b>                              |
|--|--|---|---|---|
| <b>ETAPA 01</b><br>PLANEJAMENTO<br>DE<br>ATIVIDADES              | Realização do planejamento inicial de atividades e possibilidade de sua revisão (meses 1 a 6). | Possibilidade de revisão de planejamento            | Possibilidade de revisão de planejamento            | Possibilidade de revisão de planejamento            |
| <b>ETAPA 02</b><br>PREPARAÇÃO<br>DE<br>ATIVIDADES<br>ESPECÍFICAS | Realização do início da preparação das atividades planejadas (meses 1 a 6).                    | Continuação da preparação das atividades planejadas | Continuação da preparação das atividades planejadas | Continuação da preparação das atividades planejadas |

|   |  |   |   |   |
|---|--|---|---|---|
| <b>ETAPA 03</b><br>EXECUÇÃO DE<br>ATIVIDADES<br>ESPECÍFICAS | Realização do<br>início da<br>execução das<br>atividades<br>planejadas e<br>preparadas<br>(meses 1 a 6). | Continuação<br>da execução<br>das<br>atividades<br>planejadas e<br>preparadas | Continuação<br>da execução<br>das<br>atividades<br>planejadas e<br>preparadas | Continuação<br>da execução<br>das<br>atividades<br>planejadas e<br>preparadas |
| <b>ETAPA 4</b>  |  |   |   | Realização<br>de relatório<br>final   |
| RELATÓRIO   |  |   |   |   |

## 5. DO PRAZO

O prazo de vigência da presente cooperação técnica será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da publicação no DOE/PE no DEMP/MA.

## 6. DOS RECURSOS

Os recursos para as despesas decorrentes deste instrumento estão previstos em dotação orçamentária específica ou cobertos por dotação genérica constante da Lei Orçamentária Anual de cada partícipe.

## 7. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

**Não haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes**, cabendo a cada um a utilização de recurso próprio para o cumprimento de suas obrigações no acordo.

## 8. UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Para a gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do objeto do presente Termo de Cooperação Técnica:

O MPPE designa a Diretora da ESMP-PE, **Carolina de Moura Cordeiro Pontes**.

O MPMA designa o Diretor da ESMP-MA, **José Ribamar Sanches Prazeres**

## **9. DA APROVAÇÃO**

Estando perfeitamente ajustados com o disposto no presente Plano de Trabalho, os partícipes o aprovam.

Considera-se assinado e datado este instrumento a partir da última assinatura aposta.

E por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente Plano de Trabalho, em formato digital, com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Goiânia, datado e assinado eletronicamente.

**Danilo José de Castro Ferreira**  
Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Maranhão

**José Ribamar Sanches Prazeres**  
Procurador de Justiça  
Diretor da ESMP-MA

**José Paulo Cavalcanti Xavier Filho**  
Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco

**Carolina de Moura Cordeiro Pontes**  
Promotora de Justiça  
Diretora da ESMP-PE

**Testemunhas:**





## **Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025**

1. MINUTA. TERMO DE COOPERAÇÃO \_MPPE\_\_\_\_MPMA (1)

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MPPE Nº 2025****TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  
GERAL, CIENTÍFICA E CULTURAL  
ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO DE  
PERNAMBUCO (MPPE), POR MEIO DA  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA,  
E A ESCOLA SUPERIOR DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO.**

Pelo presente instrumento particular, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO (MPPE)**, por meio da **PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA**, com sede na Rua do Imperador D. Pedro II, nº 473, Santo Antônio, Recife-PE, CNPJ nº 24.417.065/0001-03, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO**, CPF nº 831.222.144-15, residente e domiciliado na cidade do Recife-PE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º, incisos I e V, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 27/12/1994, e a **ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, com sede na Rua do Sol, nº 143, 5º andar, Santo Antônio, Recife-PE, neste ato representada por sua Diretora, **CAROLINA DE MOURA CORDEIRO PONTES**, e, de outro lado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO (MPMA)**, por meio da **PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA**, com sede na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís-MA, CNPJ 05.483.912/0001-85, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA**, CPF nº 282.019.903-82, residente e domiciliado na cidade de São Luís-MA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 013/1991, e a **ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO**, com sede à Avenida Professor Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís/MA, neste ato representada por seu Diretor, **JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES**, CPF nº 207.326.603-78, residente e domiciliado na cidade de São Luís/MA, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante as cláusulas e condições, a seguir descritas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O objeto do presente Termo de Cooperação Técnica consiste no estabelecimento de parceria, visando à implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão e, ainda, comunicação, produção científica e atividades culturais de interesse mútuo das partes.

1.2 Sempre que houver interesse convergente dos partícipes serão disponibilizadas até 03 (três) vagas, sem custos, para os servidores do MPPE e do MPMA nos cursos promovidos por ambas as instituições.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

2.1 Todas as ações básicas fruto do presente Termo de Cooperação Técnica, inclusive com a indicação dos responsáveis pelo seu acompanhamento e execução, serão orientadas a partir de plano de trabalho a ser desenvolvido em conjunto pelo MPPE e MPMA, elaborado de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, que será parte integrante deste termo.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA AUSÊNCIA DE ÔNUS FINANCEIRO**

3.1. O presente Termo de Cooperação não gera obrigação pecuniária, sendo celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros, indenizações ou transferências de recursos entre os partícipes.

3.2 Cada uma das partes executará as ações ou atividades decorrentes deste acordo de cooperação por meio de suas próprias disponibilidades logísticas.

## **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS HUMANOS**

4.1 Os recursos humanos utilizados pelos partícipes nas atividades relativas ao presente Acordo de Cooperação não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação funcional com o órgão ou entidade de origem, ao qual cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza funcional, trabalhista, previdenciária, fiscal, estatutária, contratual e securitária decorrente das ações realizadas.

4.2 Cada uma das partes será única, integral e exclusivamente responsável pelo pagamento dos honorários e obrigações devidos aos prestadores de serviços que tiverem sido por elas diretamente contratados para os propósitos deste Instrumento, incluindo quaisquer pagamentos decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, dentre outras aplicáveis à matéria.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 As partes signatárias se comprometem a cumprir com máximo rigor as disposições constantes deste Termo de Cooperação Técnica e plano de trabalho, bem como dos Aditivos que dele se originarem.

5.2 As partes poderão anexar a este Termo de Cooperação Técnica, sob a forma de aditivos, os programas das atividades que serão desenvolvidas.

5.3 As partes se comprometem a fornecer de forma transparente as informações necessárias uma à outra para o cumprimento dos encargos oriundos deste Termo de Cooperação Técnica Geral e seus aditivos.

5.4 As partes signatárias se comprometem a manter informações cadastrais atualizadas de seus alunos, bem como manter atualizadas as informações necessárias ao cumprimento do presente Termo de Cooperação Técnica Geral e de seus aditivos.

5.5 As partes signatárias se comprometem a comunicar, com a devida antecedência, eventuais dificuldades que possam prejudicar ou impossibilitar o cumprimento de alguma das cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica Geral ou de seus aditivos.

5.6 As partes signatárias se comprometem a empenhar-se no auxílio à divulgação dos cursos que serão oferecidos, utilizando, inclusive, a lista de e-mails (*mailing*) de seus ex-alunos e outros que estejam em seus acervos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS TERMOS ADITIVOS**

6.1 A execução de cursos e/ou outras atividades previstas se dará através de Termos Aditivos a este Termo de Cooperação Técnica, a serem firmados entre o Ministério Público de Pernambuco e o Ministério Público do Maranhão, nos quais deverão constar pelo menos os seguintes elementos básicos, sem prejuízo de outras informações que se façam porventura necessárias:

- a) Identificação do projeto (título, local, período, participantes, abrangência etc.);
- b) Número de vagas ofertadas;
- c) Objetivos a atingir;
- d) Atividades e programação;
- e) Responsabilidades e atribuições das partes;
- f) Metodologia e cronograma de execução das atividades;
- g) Avaliação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA OBSERVÂNCIA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)**

7.1 As partes, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente Acordo de Cooperação Técnica em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria.

7.2 As partes, incluindo todos os seus colaboradores, comprometem-se a tratar todos os dados pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da outra parte, ainda que este Termo de Cooperação Técnica venha a ser rescindido ou resiliado e independentemente dos motivos que deram causa ao seu término ou resolução.

7.3 O tratamento de dados pessoais somente será realizado mediante o consentimento do titular, cuja manifestação deverá ser livre, informada e inequívoca e pela qual concordará com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE**



8.1 Os partícipes se comprometem a promover ampla divulgação das atividades, conteúdos, informações e documentos, bem como dos demais resultados provenientes deste instrumento.

8.2 Em qualquer ação promocional ou publicação de trabalhos relacionados com o objeto do presente acordo, realizados conjuntamente, deverá constar referência expressa aos partícipes, de caráter meramente informativo.

## **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9.1 O presente Termo de Cooperação Técnica Geral vigorará pelo período de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado, alterado ou renovado de comum acordo pelos partícipes mediante assinatura de **Termo Aditivo**.

Parágrafo Único: Caso a assinatura seja efetivada por meio de certificação digital, será considerado para efeito de início de vigência a data em que o último signatário assinar.

9.2 A sua eficácia estará condicionada à publicação, nos termos da legislação aplicável a cada uma das partes, nos seus respectivos meios oficiais de comunicação e publicidade, nos termos da Lei nº 14.4133/2021 e no Portal da Transparência, observada a Resolução nº 86, de 21 de março de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público.

## **CLÁUSULA DEZ – DA DENÚNCIA**

10.1 Este Termo de Cooperação Técnica Geral poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e sem prejuízo das atividades em andamento, devendo ser concluídas mediante acordos específicos.

10.2 Caso haja pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Termo, as responsabilidades pela conclusão de cada um dos programas de trabalho envolvidos, respeitadas as atividades em curso, as quais serão cumpridas antes de efetivar o encerramento, assim como quaisquer outras responsabilidades ou obrigações cabíveis.

## **CLÁUSULA ONZE – DOS CASOS OMISSOS**

11.1. Os casos omissos serão resolvidos mediante entendimento entre as partes, observada a legislação pertinente e ouvidas as respectivas assessorias jurídicas, quando for o caso.

## **CLÁUSULA DOZE – DO FORO**

12.1 Para dirimir as dúvidas ou controvérsias decorrentes da interpretação, aplicação ou execução deste Termo de Cooperação Técnica Geral ou de seus termos aditivos que não puderem ser resolvidas amigavelmente pelas partes, fica eleito o foro da Comarca de Recife, Estado de Pernambuco, com renúncia prévia e expressa de ambas as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.



E, por estarem assim as partes justas e conveniadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus devidos efeitos legais.

Recife, **XX de XXXXXXXXX de XXXX.**

**Danilo José de Castro Ferreira**

**Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Maranhão**

**José Ribamar Sanches Prazeres**

**Procurador de Justiça**

**Diretor da ESMP-MA**

**José Paulo Cavalcanti Xavier Filho**

**Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco**

**Carolina de Moura Cordeiro Pontes**

**Promotora de Justiça**

**Diretora da ESMP-PE**

**Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_  
Nome Completo:  
CPF:

2. \_\_\_\_\_  
Nome Completo:  
CPF:



## **Ministério Público do Estado do Maranhão**

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

### **Detalhes do Processo Administrativo - 12057/2025**

**MEMO-ESMP672025\_ASSINADO TCOOP MPPE**



(\*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES** em **13 de Junho de 2025 às 13:36 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.  
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: MEMO-ESMP-672025, Código de Validação: DD63B0AA12.**



**Escola Superior do Ministério Público**

**MEMO-ESMP - 672025**

**Código de validação: DD63B0AA12**

A Sua Excelência o Senhor

**DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA**

Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Maranhão – MPMA

São Luís/MA

Assunto: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MPPE Nº \_\_\_\_\_ 2025.  
PROPOSIÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO E  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO.

Senhor Procurador-geral,

Cumprimentando-o, encaminho a minuta do ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MPPE Nº \_\_\_\_\_ 2025, proposta pela ESCOLA SUPERIOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO E MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO e respectivo PLANO DE TRABALHO, tendo como objeto o estabelecimento de parceria entre o MPPE e o MPMA, visando, “a implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão e, ainda, comunicação, produção científica e atividades culturais de interesse mútuo das partes”, para análise da Assessoria Jurídica da Administração e apreciação de Vossa Excelência visando a possível celebração do acordo.

Respeitosamente,

*assinado eletronicamente em 13/06/2025 às 13:36 h (\*)*

**JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES**  
DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO